



DIÁRIO

da Assembleia da República

XII LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2012-2013)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 07 DE FEVEREIRO DE 2013

Presidente: Ex.^{ma} Sr.^a [Maria da Assunção Andrade Esteves](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco](#)
[Rosa Maria da Silva Bastos de Horta Albernaz](#)

SUMÁRIO

A Sr.^a Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 8 minutos.

Em declaração política, o Sr. Deputado [Luís Campos Ferreira](#) (PSD) chamou a atenção para a importância da salvaguarda dos interesses nacionais nas negociações do quadro financeiro para 2014/2020, no âmbito do Conselho Europeu, e para o papel do comércio externo na agenda de crescimento e emprego. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado [Hélder Amaral](#) (CDS-PP).

Em declaração política, a Sr.^a Deputada [Maria de Belém Roseira](#) (PS) deu conta de algumas propostas para a

superação da crise internacional saídas da reunião do Conselho da Internacional Socialista, levada a cabo nos dias 3 e 5 de fevereiro, em Cascais, após o que respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados [António Rodrigues](#) (PSD) e [Nuno Magalhães](#) (CDS-PP).

Em declaração política, o Sr. Deputado [Abel Baptista](#) (CDS-PP) condenou afirmações feitas pelo PCP no âmbito da nomeação do Secretário de Estado da Alimentação e da Investigação Agroalimentar, Nuno Vieira e Brito, e respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados [João Ramos](#) (PCP) e [Miguel Freitas](#) (PS), tendo ainda, a

propósito, usado da palavra, sob a forma de interpelação à Mesa, os Srs. Deputados [Bernardino Soares](#) (PCP) e Nuno Magalhães (CDS-PP).

Em declaração política, o Sr. Deputado [Honório Novo](#) (PCP) insurgiu-se contra a estratégia do Governo com vista a resolver a difícil situação em que se encontram os Estaleiros Navais de Viana do Castelo. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados [José Luís Ferreira](#) (Os Verdes), [Mariana Aiveca](#) (BE), [Abel Baptista](#) (CDS-PP), [Eduardo Teixeira](#) (PSD) — que também interpelou a Mesa — e [Jorge Fão](#) (PS).

Em declaração política, o Sr. Deputado [João Semedo](#) (BE) condenou politicamente a nomeação para o Governo de Franquelim Alves, ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), detentora do Banco Português de Negócios (BPN), tendo respondido, depois, a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados [Duarte Pacheco](#) (PSD), [Honório Novo](#) (PCP), [José Luís Ferreira](#) (Os Verdes) e [Ana Catarina Mendonça](#) (PS).

Foi apreciado o projeto de resolução n.º [540/XII \(2.ª\)](#) — Recomenda que o Governo português disponibilize todos os meios técnicos que permitam produzir a informação necessária para argumentar, junto do Comité Fitossanitário da Comissão Europeia, a revisão da listagem de espécies

hospedeiras de nemátodo da madeira do pinheiro (CDS-PP e PSD). Intervieram os Srs. Deputados [Abel Baptista](#) (CDS-PP), [Maurício Marques](#) (PSD), [João Ramos](#) (PCP), [Isabel Santos](#) (PS) e [Pedro Filipe Soares](#) (BE).

A Câmara discutiu, na generalidade, o projeto de lei n.º [321/XII \(2.ª\)](#) — Altera a Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Aprova a revisão do Código do Trabalho), de modo a corrigir o pressuposto de assistência a filhos menores com deficiência (Os Verdes), tendo feito intervenções os Srs. Deputados [Heloísa Apolónia](#) (Os Verdes), [Raúl de Almeida](#) (CDS-PP), [Jorge Machado](#) (PCP), [João Paulo Pedrosa](#) (PS), [Mariana Aiveca](#) (BE) e [Maria Conceição Pereira](#) (PSD).

Finalmente procedeu-se ao debate conjunto dos projetos de resolução n.ºs [569/XII \(2.ª\)](#) — Anulação do aumento das tarifas dos transportes públicos acima dos limites fixados pelo Governo (BE) e [598/XII \(2.ª\)](#) — Pela revogação dos aumentos nos preços dos transportes e a reposição das tarifas reduzidas para estudantes e reformados (PCP), tendo intervindo os Srs. Deputados [Ana Drago](#) (BE), [Bruno Dias](#) (PCP), [Adriano Rafael Moreira](#) (PSD), [João Paulo Viegas](#) (CDS-PP) e [Rui Paulo Figueiredo](#) (PS).

A Sr. Presidente ([Teresa Caeiro](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 44 minutos.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, Srs. Jornalistas, está aberta a sessão.

Eram 15 horas e 8 minutos.

Peço aos Srs. Agentes o favor de abrirem as galerias.

Hoje, não há expediente, pelo que entramos diretamente na ordem do dia.

O primeiro ponto da nossa ordem de trabalhos consiste em declarações políticas, a que se segue a discussão do projeto de resolução n.º 540/XII (2.^a) — Recomenda que o Governo português disponibilize todos os meios técnicos que permitam produzir a informação necessária para argumentar, junto do Comité Fitossanitário da Comissão Europeia, a revisão da listagem de espécies hospedeiras de nemátodo da madeira do pinheiro (CDS-PP e PSD); o debate, na generalidade, do projeto de lei n.º 321/XII (2.^a) — Altera a Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (aprova a revisão do Código do Trabalho), de modo a corrigir o pressuposto de assistência a filhos menores com deficiência (Os Verdes); e a apreciação dos projetos de resolução n.ºs 569/XII (2.^a) — Aumento das tarifas dos transportes públicos acima dos limites fixados pelo Governo (BE) e 598/XII (2.^a) — Pela revogação dos aumentos nos preços dos transportes e a reposição das tarifas reduzidas para estudantes e reformados (PCP).

Vamos, então, começar com as declarações políticas, estando já inscritos para o efeito, pelo PSD, o Sr. Deputado Luís Campos Ferreira, pelo PS, a Sr.^a Deputada Maria de Belém Roseira, pelo PCP, o Sr. Deputado Honório Novo e, pelo Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado João Semedo.

Peço aos Srs. Deputados o favor de tomarem os vossos seus lugares para darmos início aos trabalhos.

Tem a palavra, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Luís Campos Ferreira.

O Sr. **Luís Campos Ferreira** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, está hoje a decorrer em Bruxelas o Conselho Europeu. Dele são esperadas decisões ou, pelo menos, avanços muito importantes no que concerne ao próximo quadro financeiro para o período 2014-2020.

Temos consciência de que o acordo político a 27 não é fácil de alcançar num cenário de grandes constrangimentos e desafios financeiros e económicos para os Estados-membros, mas temos total confiança na ação do Governo português, sabendo que os interesses de Portugal estão a ser devidamente acautelados, designadamente na defesa da coesão, da solidariedade e das políticas de crescimento.

Acreditamos, igualmente, que a ambição positiva da Estratégia Europa 2020, centrada no crescimento, no emprego e no desenvolvimento regional sustentável não sairá frustrada desta negociação e acabará por prevalecer sobre os interesses nacionais, que, por vezes, põem egoisticamente em causa a união do projeto europeu.

Tendo este facto como pano de fundo, quero centrar a minha intervenção num aspeto que, apropriadamente, mereceu a grande atenção da Comissão Europeia, que o introduziu na agenda do debate europeu.

Refiro-me à contribuição essencial que o comércio internacional pode dar para impulsionar o crescimento e a criação de emprego no espaço da União Europeia.

A relevância deste tema para Portugal é evidente, especialmente nas circunstâncias que estamos a viver, em que a capacidade exportadora das empresas portuguesas se tem revelado o principal «músculo» da economia nacional.

O País tem, por isso, um particular interesse na prossecução de uma política comercial e aduaneira que favoreça o aprofundamento das relações com os nossos parceiros estratégicos e a abertura a novos mercados em condições de maior reciprocidade e equilíbrio.

De facto, o comércio internacional nunca foi tão importante para a economia da União e dos seus Estados-membros como é hoje.

Num ambiente europeu marcado por um fraco crescimento económico, por fortes constrangimentos financeiros e por um grande esforço de consolidação orçamental, o comércio está a dar um contributo vital para a recuperação europeia.

A contribuição da procura externa para o PIB da União Europeia é, neste momento, a mais importante fonte de crescimento da Europa a 27, numa altura em que a procura interna — quer pública quer privada — permanece em níveis muito fracos.

Para ser sustentável, a recuperação económica da Europa tem de consolidar-se através de ligações mais fortes e equilibradas com os seus parceiros estratégicos e com os novos centros de crescimento global — seja a China, a Rússia, a Índia, os países do Mercosul, os países asiáticos, e todas as economias emergentes.

A questão que se coloca é a seguinte: está a Europa em condições de encarar com realismo os novos desafios e as novas oportunidades de um comércio cada vez mais globalizado? A resposta é: sim! Desde que prossiga os seus objetivos com pró-atividade e ambição.

A sua base é sólida e, não obstante a intensificação da concorrência das economias emergentes, a Europa continua a ser a maior potência comercial a nível mundial.

É o maior exportador, é o maior importador, é o maior investidor e o maior recetor de investimento direto estrangeiro. Mantém o seu *share* de mercado ao nível das exportações globais, aguentando o embate dos novos concorrentes, ao contrário de potências como o Japão e os Estados Unidos, que viram as suas quotas cair drasticamente.

Este é o momento para a Europa beneficiar em pleno da globalização da economia, colocando-a ao serviço do crescimento, do emprego e do estado de bem-estar.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Luís Campos Ferreira** (PSD): — Mais comércio tem um impacto direto na criação de emprego.

De acordo com dados da Comissão Europeia, 30 milhões de empregos na União Europeia dependem das nossas vendas para fora da Europa — um aumento de 10 milhões desde 1995!

Em média, cada 1000 milhões de euros de exportações suporta a criação de 15 000 novos empregos!

No mercado único europeu, por cada dois empregos criados por empresas exportadoras de um Estado-membro é criado um terceiro posto de trabalho noutro Estado-membro.

Não ignoramos, naturalmente, que, no seio da União Europeia, os desempenhos dos vários Estados variam, apesar da política comercial comum, de partilharem as mesmas condições externas e, até, muitos deles, a mesma moeda.

Por isso mesmo é que a competitividade da União Europeia deve começar com a adoção de políticas corretas em cada um dos seus Estados.

Bons e maus desempenhos entre Estados-membros revelam, acima de tudo, que existem países com problemas estruturais de competitividade.

Neste caso, há reformas incontornáveis, de forma a criar um ambiente mais favorável aos negócios, à criação de riqueza e à criação de emprego.

É exatamente esse o caminho que Portugal tem de percorrer, levando a cabo uma ampla agenda de transformações estruturais. Destaco as reformas no âmbito do mercado laboral, da justiça, da educação e da Administração Pública.

Precisamos de um País mais moderno, mais competitivo, mais ágil, mais amigo das empresas, um País mais bem preparado para competir num mundo global.

No contexto das trocas comerciais, e a par do notável esforço que os empresários portugueses têm feito — e permitam-me que realce aqui a correção histórica do défice da balança comercial portuguesa em 2012 —, urge que as entidades europeias consigam estabelecer ou melhorar os acordos internacionais com alguns dos nossos mercados de destino mais relevantes.

Portugal deve, no seio das instâncias da União Europeia e, esta, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, pugnar para que a relação comercial entre países da União Europeia e terceiros assente numa base de reciprocidade e de benefícios mútuos, com mais equilíbrio e mais equidade.

Se é verdade que a União Europeia prossegue o objetivo maior de um mercado livre, aberto, promovendo uma pauta aduaneira acessível a países terceiros e contribuindo até com pautas comerciais solidárias para os países em desenvolvimento, o facto é que o mercado global permanece com grandes bolsas de protecionismo, com fortes barreiras tributárias e não tributárias que distorcem a concorrência e que impedem a exportação dos nossos produtos para esses mercados.

No entanto, o primado do conceito europeu de reciprocidade tem por objetivo abrir mercados dos países terceiros, e não fechar os nossos!

O desafio é trazer as economias emergentes ao nosso nível de abertura, e não o contrário. Este é o ADN da nossa Europa!

Temos razões para acreditar que esta é a melhor abordagem. A título de exemplo, sublinho o recente acordo entre a União Europeia e a Coreia do Sul, que possibilitou que 99% das tarifas fossem removidas, quando, no início das negociações, as tarifas coreanas eram o dobro das europeias.

Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, termino dizendo que nos compete a todos colocar este tema na agenda europeia.

Tenho a certeza que nenhum dos Srs. Deputados tem objeções a esta missão, porque isso é ajudar os empresários portugueses, é cuidar da nossa economia, é pensar a Europa, é afirmar Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Inscreveu-se, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Luís Campos Ferreira, queria registar que, quando se fala de algo positivo, de algo que objetivamente tem corrido bem ao ponto de, segundo os últimos dados da Eurostat, Portugal ser o quinto País onde as exportações mais aumentam, a oposição, sobre esta matéria que, como o Sr. Deputado disse, e bem, no fim da sua declaração política, tem a ver com afirmar Portugal e afirmar a Europa, esteja em silêncio.

Se estivéssemos perante uma única falência ou um único problema, teríamos toda a posição a bradar e a rasgar as vestes, dizendo «aqui-d' el-rei» que algo está a correr mal no País.

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Muito bem dito!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Porém, quando algo está a correr bem no País, o que temos das oposições é o silêncio.

O Sr. Deputado trouxe um elemento fundamental. Portugal tem vários défices, alguns dos quais mencionou na sua declaração política: os défices dos custos de contexto; os défices de uma burocracia difícil, os défices do sistema educativo e o défice da balança comercial, que é talvez aquele que estamos a conseguir resolver mais depressa. Como o Sr. Deputado disse, e bem, isto passa por uma política concertada de parcerias e de abolição de várias barreiras aduaneiras que existem.

Portugal tem feito, por exemplo, com o azeite e com o vinho, no Brasil, um conjunto de acordos bilaterais e tem conseguido nesses mercados emergentes posições relevantes e ganhar quotas de mercado. Mas, como V. Ex.^a disse, e bem, a Europa é onde temos de nos afirmar, é o espaço onde temos de marcar a diferença e é o espaço com o qual temos de conseguir ter sucesso, pois é onde está e continuará a estar o nosso principal mercado.

Apesar das dificuldades que esses mercados apresentam, que comparação faz com as políticas do passado, tendo conta que o défice da balança comercial era o mais grave e estamos quase a equilibrá-lo apenas e só com medidas simples e fáceis? O que é que se fez no passado e o que é hoje se faz de diferente para que os resultados tenham sido tão positivos num contexto cada vez mais difícil por que estão a passar várias economias, inclusivamente a economia mundial?

Pergunto se é ou não positivo o simples aspeto de a certificação para as empresas exportadoras deixar de ser em quatro meses para passar a ser em cinco dias? É ou não positiva a relação com Angola, um dos mercados onde mais crescemos, e o reforço desta parceria *win-win* com novos mercados e com novos países? Foi ou não positiva, no contexto europeu, onde estamos e sempre estivemos, a reestruturação feita na Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), os novos programas com as embaixadas, a relação em rede que temos vindo a fazer, o critério das visitas das delegações empresariais, que não só procuram novos mercados como também, como ainda ontem tivemos oportunidade de ouvir, manter a nossa quota de mercado nos mercados tradicionais, nomeadamente no europeu, e reforçá-la, porque é aí que está a nossa âncora e onde os nossos produtos tradicionais têm dado provas de qualidade.

Termino, perguntando se consegue fazer uma análise do que é que se fazia no passado, do que é se faz hoje e do que é que se mudou para que hoje Portugal esteja a fazer aquilo que o St. Deputado disse, isto, é, a afirmar-se na Europa e no mundo.

Aplausos do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Campos Ferreira.

O Sr. **Luís Campos Ferreira** (PSD): — Sr.^a Presidente, agradeço a questão do Sr. Deputado Hélder Amaral.

Entendo o silêncio de outras bancadas como concordância relativamente à matéria que estamos a trabalhar, um silêncio que nos permite concluir que, na realidade, há um acordo relativamente ao que tem sido feito, principalmente em Portugal, no que toca às reformas estruturais da economia.

Não há crescimento económico sem consolidação orçamental. Sem se pôr em causa o Estado de bem-estar, o Estado social, os serviços essenciais que o Estado deve e tem de prestar à população dentro do espírito social-democrata e democrata-cristão, o Estado tem de ser mais regrado nos seus gastos.

Esta é a consolidação orçamental e que a economia precisa para a economia não ter de sustentar o monstro que a suga, o monstro que, na realidade, não a deixar crescer. Esse trabalho tem sido feito, é esse o trabalho de grande mérito que, nestes dois anos, Portugal tem conseguido levar a cabo, ou seja, a consolidação orçamental.

Naturalmente que a reestruturação de uma diplomacia económica, mais ágil, mais eficaz, mais competitiva, a desburocratização no sentido do licenciamento às empresas exportadoras, tem sido também conseguido nestes quase dois anos de governação.

No entanto, há ainda muito para fazer no que toca ao financiamento da economia, mas lembro que a execução orçamental do QREN tem sido muito acima da dos últimos anos e tem sido muito mais virada para as empresas e menos virada para o Estado.

Tudo isso, embora possam ser pequenas vitórias políticas, são grandes vitórias da economia e é com esse caminho de medidas concretas que a economia cresce.

A economia não cresce com um *slogan* que diga «Temos de ter uma agenda para o crescimento económico», a economia não cresce com base em decretos, em *slogans*, em afirmações vazias e ocas; a economia cresce com medidas concretas — e tem de haver coragem para as serem implementar —, que podem ter os seus custos no momento mas que médio e longo prazos vão ter os seus proveitos.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria de Belém Roseira.

A Sr.^a **Maria de Belém Roseira** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: «Economia Global: a nossa visão de Crescimento, Emprego e Desenvolvimento Sustentável» foi o tema central das reuniões do Presidium e do Conselho da Internacional Socialista, que decorreram em Lisboa e em Cascais no início desta semana.

Cerca de 300 participantes de 100 organizações dos cinco continentes, foi uma presença forte em Portugal, num momento em que o País e mundo atravessam uma das fases mais inquietantes e críticas da sua história.

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Maria de Belém Roseira** (PS): — As intervenções foram múltiplas e multifacetadas mas conjugaram-se no sentido do apelo ao abandono das políticas de austeridade pela austeridade e de reconhecimento da imprescindibilidade de políticas globais para a regulação financeira e para o crescimento económico.

Partindo da constatação de que a crise financeira teve origem na demasiadamente rápida globalização e na fraca regulação dos mais poderosos mercados financeiros e fazendo jus à matriz constituinte da

Internacional Socialista, tais políticas devem basear-se nos seguintes princípios: solidariedade; igualdade; novo internacionalismo; transparência e equilíbrio entre humanidade e ecologia.

Aplausos do PS.

Solidariedade, que inspire um novo acordo internacional que permita reinverter o caminho da deslocalização produtiva do Ocidente para o Oriente, que favoreceu e alimentou pressões negativas sobre os trabalhadores e as classes médias ocidentais.

Igualdade entre povos e nações, mas também entre classes, raças e género, através de uma mais justa e equilibrada distribuição da riqueza gerada.

Novo internacionalismo, assente numa maior cooperação económica entre países e entre nações com o objetivo do benefício mútuo, expresso através de um novo conjunto de acordos significativos e de longo alcance, que promovam o crescimento económico e combatam as desigualdades, com uma moeda supranacional e um novo papel para o Fundo Monetário Internacional.

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Maria de Belém Roseira** (PS): — Transparência, indispensável na governação, no comércio internacional e na contratação, através da formulação de novas regras relativas à transparência de preços, políticas fiscais uniformes, regras uniformes também de combate à evasão fiscal e a construção de uma nova conformidade com o ambiente global e os *standards* do trabalho e dos direitos humanos.

Finalmente, o equilíbrio entre humanidade e ecologia, que requer um novo entendimento e redefinição do conceito de crescimento, que substitua o antiquado PIB por uma métrica do bem-estar humano e realização das capacitações de cada um, que valorize o «melhor» em vez de «o mais», ou seja, a qualidade em detrimento da quantidade.

Aplausos do PS.

Como se refere na parte final da Declaração emitida pelo Conselho da Internacional Socialista, «num mundo que cresceu de três para seis milhões de seres humanos em menos de 50 anos, é imperativo que se equilibrem as esperanças de biliões de novos cidadãos que alcançaram a classe média não só com uma compreensão diferente daquilo que queremos das nossas economias mas também com aquilo que o planeta tem capacidade de proporcionar, para que uma nova era de potencial prosperidade global não acabe em aquecimento global, guerras por recursos estratégicos e desigualdades obscenas».

A proposta apresentada pelo PS português de criação de um comité de transparência e *accountability* foi aprovada por unanimidade e a sua presidência entregue ao Secretário-Geral do Partido Socialista, o que sublinha bem o protagonismo que o Partido Socialista português conseguiu alcançar nesta reunião.

Aplausos do PS.

A Internacional Socialista aprovou também uma nova campanha internacional pelo fim da violência contra as mulheres. Frise-se que, antes dos trabalhos do Conselho, se realizou em Lisboa uma reunião da Internacional Socialista das Mulheres que, durante dois dias, discutiu o impacto de género na crise financeira, no âmbito da qual foram transmitidos testemunhos impressionantes sobre a situação das mulheres nos países árabes e nos países da chamada «Primavera Árabe».

Aplausos do PS.

Outras decorrências da reunião do Conselho foram a eleição de Ben Jaafar, Presidente do Parlamento Tunisino, como Presidente honorário da Internacional Socialista e a aceitação, como membro consultivo, de um novo partido lusófono: o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe.

À margem da reunião, foi aprovada a criação da Plataforma Progressista de Língua Portuguesa, constituída através da Declaração de Cascais, que tem como principais objetivos divulgar, valorizar e promover os ideais do desenvolvimento e da emancipação humana, através de políticas públicas de igualdade e solidariedade que valorizem o trabalho, a dignidade humana e reconheçam na cultura um instrumento de diálogo, bem como o apoio ao multilateralismo e à cooperação como princípios das relações internacionais.

Aplausos do PS.

A explícita vinculação a estes objetivos foi assumida pelos signatários através de um programa de ação explicitado na Declaração.

Para o sucesso político da reunião também contribuiu a nossa capacidade de bem receber. E, neste âmbito, cabe uma palavra especial de agradecimento ao Presidente da Câmara Municipal de Cascais que, tendo considerado esta realização um momento importante para o concelho, a ele se associou, prestigiando-o com a sua presença na sessão de abertura e com o acolhimento dos participantes nos moldes tradicionais.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Rejeição do paroquialismo, afirmação do cosmopolitismo, traduzido em igualdade e cooperação entre povos e entre nações, reconhecimento comum dos valores que devem presidir à formulação e ao exercício das políticas públicas, identificação dos caminhos para o conseguir e protagonismo de Portugal e da cultura portuguesa nesta construção, foram os verdadeiros resultados desta realização de que aqui pretendi dar-vos completo conhecimento.

Muito obrigada, pela vossa atenção.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, havia um ruído de fundo durante a intervenção da oradora e a Mesa, por vezes, tem o dilema entre interromper ou não o orador para pedir menos ruído, pois tudo isto prejudica quem está a intervir. Assim, peço aos Srs. Deputados algum cuidado com o ruído de fundo.

Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos à Sr.^a Deputada Maria de Belém Roseira, os Srs. Deputados António Rodrigues, do PSD, e Nuno Magalhães, do CDS-PP.

Antes de dar a palavra ao Sr. António Rodrigues, quero informar que a Sr.^a Deputada pretende responder individualmente a cada pedido de esclarecimento.

Tem, então, a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Maria de Belém Roseira, em primeiro lugar, quero saudá-la pela sua intervenção, particularmente porque é importante trazer ao Plenário da Assembleia da República as questões internacionais, é importante que demonstremos à pluralidade da cidadania portuguesa que também nós fazemos parte de um conjunto mais vasto para além das nossas fronteiras e é necessário saber que partilhamos ideias com os outros e que os outros partilham as suas preocupações com os portugueses.

Em segundo lugar, são importantes as matérias que hoje trouxe aqui à colação, porque assim temos também oportunidade de saber que os dirigentes da Internacional Socialista vieram tomar conhecimento daquilo que de bom o País tem feito, daquilo que de bom o Governo português tem feito nos últimos 18 meses, em Portugal, e que é reconhecido por toda a Europa e também, seguramente, pelos dirigentes da Internacional Socialista. É bom sempre reconhecer direta e publicamente aquilo que foi feito.

O que já não posso saudar desta forma é algumas afirmações e alguns resultados da reunião que aqui teve lugar.

Assim, não posso saudar a falta de imaginação, a falta de ideias novas, a falta de terem olhado para a realidade portuguesa e terem expresso isso nas vossas conclusões, continuando a referir situações globais e esquecendo-se da situação portuguesa, nomeadamente nas conclusões que aqui trouxe, com as quais poderíamos concordar, na generalidade, como poderiam enaltecer, e não enalteceu, o facto de Portugal ter sido o primeiro País europeu a aprovar a Convenção de Istambul. Este é um dado importante, assumimo-lo aqui no Parlamento português e seria importante que a Internacional Socialista o tivesse feito, pois não basta o tema, é preciso a realidade.

Estiveram desfasados da realidade, não obstante terem ficado em sítios esplendorosos que Portugal tem para oferecer, como alguns delegados reconheceram positiva e negativamente, e também era importante que tivessem trazido para a discussão as questões concretas da Europa, que tivessem trazido não só o que a Europa representa para Portugal mas o que Portugal, como exemplo, representa para a Europa. E era ainda importante não termos tido contato com afirmações gratuitas, como as do ex-primeiro-ministro grego, que não tem, sequer, legitimidade para falar por aquilo que fez enquanto esteve no governo, proclamando que os sacrifícios dos portugueses podem ter sido em vão.

Não é essa a imagem de confiança, a imagem de credibilidade que queremos trazer quer aos portugueses quer aos dirigentes internacionais.

Era, pois, importante termos tido uma palavra dos socialistas portugueses no sentido reconhecerem o esforço que também os socialistas portugueses dizem que querem fazer para o futuro do País, e que isso tivesse ficado veiculado nessas conclusões da Internacional Socialista.

Para nós, é importante que qualquer organização internacional reúna em Portugal; para nós, é importante que todos nós participemos nela, mas, no final, é importante que eles próprios reconheçam que o esforço que fazemos é coletivo e é para o conjunto desse mesmo coletivo, para Portugal, para a Europa e para o conjunto da internacionalidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria de Belém Roseira.

A Sr.^a **Maria de Belém Roseira** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado António Rodrigues, agradeço-lhe as suas palavras de saudação e gostaria de referir que a reunião da Internacional Socialista que teve lugar em Portugal tinha uma agenda que não era a agenda portuguesa, era a agenda da reunião da Internacional Socialista.

Porventura, por força do barulho de fundo que a Sr.^a Presidente referiu, e que eu também senti da tribuna, com alguma dificuldade em fazer-me ouvir, o Sr. Deputado António Rodrigues não ouviu bem. Porém, gostava de lhe dizer que tudo aquilo que se passou não é traduzível em seis minutos, mas de tudo aquilo que se passou, como é evidente, decorre uma discordância relativamente às metodologias de superação da crise que existe entre os partidos membros da Internacional Socialista e os partidos do arco da direita, que estão filiados noutras organizações e noutros movimentos internacionais.

Tive ocasião, logo no princípio, de referir que condenamos as políticas de austeridade pela austeridade. Consideramos até que o desenho de políticas globais não pode dispensar a adaptação à realidade local de cada país e também referimos, no contexto da política europeia, que é absolutamente indispensável que a Europa recupere o seu projeto inicial de integração e de solidariedade e abandone aquilo que é uma marca muito forte de desigualdade entre Estados, ao arrepio dos tratados, de inscrição de uma agenda que, muitas vezes, é de esmagamento dos países mais fracos, em detrimento de uma agenda solidária, que analise a situação específica de cada um dos países em dificuldades no sentido de promover a superação dessa mesma crise.

Quero dizer-lhe que isso foi muito patente nos vários discursos e, como é evidente, naquilo que é o respeito pela visão de cada um, não queríamos, nem poderíamos sequer, criticar de forma alguma o discurso do ex-Primeiro-Ministro Papandreu, que, como o Sr. Deputado sabe, herdou uma situação complexíssima quando foi primeiro-ministro grego e, ao ter saído de primeiro-ministro, tendo-se atrevido a propor um referendo — um mecanismo que todos nós reconhecemos como democrático —, caiu nas más graças dos atuais dirigentes europeus.

De facto, ele tem sido muito criticado precisamente por ter querido validar o percurso exigente que a Grécia tem de percorrer (como Portugal tem de percorrer) com uma consulta popular, que, aliás — penso que o Sr. Deputado concorda comigo —, é um momento valoroso de suporte popular a muitas das decisões políticas que neste enquadramento têm de ser tomadas.

De qualquer modo, Sr. Deputado, gostaria muito de o ter visto valorizar a Declaração de Cascais, que é o alargamento da possibilidade de influência dos países lusófonos e da língua portuguesa na construção de uma

cultura muito mais cosmopolita, muito mais afirmativa e muito mais defensora dos valores que nos orgulhamos de partilhar.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Magalhães.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Maria de Belém Roseira, antes de mais, gostaria de cumprimentar V. Ex.^a enquanto Presidente do Partido Socialista por ter sido o anfitrião do Presídio e do Conselho — espero estar a expressar-me bem, pois não estou familiarizado com os órgãos da Internacional Socialista — desta organização que é por si só importante.

Não me custa nada reconhecer, pelo contrário, é justo salientar que é sempre positivo que um partido político português possa ser anfitrião de uma organização internacional de partidos, mesmo que não seja a organização à qual o CDS pertence, mesmo que não partilhe algumas das visões dessa família política, mas que é, naturalmente, uma família política respeitável, que contribuiu de uma forma muito importante e significativa para a construção do projeto europeu e da NATO, organizações a que Portugal pertence.

Por isso, desde logo, cumprimento V. Ex.^a enquanto Presidente do Partido Socialista, e assim o Partido Socialista, por ter conseguido esta organização, que é boa para o Partido Socialista mas é, sobretudo, boa para o prestígio internacional de Portugal — e já agora, e se me permite, foi boa para a economia portuguesa, para a restauração, para as pequenas e médias empresas, que tão necessitadas estão. Portanto, para que não restem dúvidas, gostaria de começar por aqui.

Gostaria ainda de lhe dizer que a Sr.^a Deputada percorreu um conjunto de temas, uns mais publicitados que outros, o que não quer dizer que sejam menos importantes, como a questão dos direitos humanos, da ecologia, da violência contra as mulheres, da promoção da língua portuguesa. Enfim, uns não foram tão publicitados e não os conhecia mas fiquei a conhecer.

No entanto, pretendia centrar-me num ponto, esse, sim, mais publicitado, e que não deixa de ser menos importante, pois tem ver com a Europa e com a difícil situação europeia que atravessamos.

Sobre esta matéria, queria dizer-lhe, Sr.^a Deputada, que julgo que o debate que ontem aqui tivemos sobre a ratificação dos tratados europeus, ao nível do chamado pacto orçamental e, ao mesmo tempo, ao nível da sua transposição na lei de enquadramento orçamental, foi essencial para a afirmação da credibilidade externa portuguesa, foi e é essencial para dar um passo na construção da Europa, que começou por ser um projeto de paz e depois, para além da paz, um projeto de desenvolvimento e progresso económicos e, depois, uma união europeia.

Ora, sabemos — a Sr.^a Deputada certamente concordará comigo — que não há nem desenvolvimento económico nem união política nem progresso económico, e, nos casos mais limite, nem paz, se não houver contas públicas equilibradas, orçamentos equilibrados.

Creio que, nesse aspeto, o sentido de responsabilidade que ontem o Partido Socialista mostrou ao anunciar o voto favorável à transposição desse pacto orçamental é também uma boa notícia, não para o CDS, não para esta maioria, não para o Governo, mas para Portugal, para a afirmação portuguesa internacionalmente e para a reafirmação da credibilidade externa.

Na verdade, este tem sido um caminho que há um ano e meio temos vindo a percorrer e, sem levantar aqui qualquer tipo de rivalidades, constatando factualmente, diria que passámos de uma aproximação à situação grega para uma aproximação àquilo que é hoje a realidade irlandesa.

Esse é um mérito de todos, não quero estar aqui a reivindicar méritos particulares de ninguém, mas gostaria de salientar o seguinte: esse, a nosso ver, é um desafio intergeracional...

A Sr.^a **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, estou mesmo a terminar.

Como dizia, a nosso ver, este é um desafio intergeracional e requer um compromisso duradouro. Sabemos que o Partido Socialista é um partido do arco da governabilidade, é, neste momento, o maior partido da oposição, pelo que lhe pergunto, Sr.^a Deputada, se acha ou não que este compromisso duradouro, um desafio

que é intergeracional, é absolutamente essencial que se mantenha e se reforce, se possível, com o esforço diário de todos.

Aplausos do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria de Belém Roseira.

A Sr.^a **Maria de Belém Roseira** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Nuno Magalhães, agradeço os seus comentários e a pergunta que colocou.

Cingindo-me ainda à questão dos comentários, gostaria de referir o seguinte: a agenda que foi discutida e a criação do grupo específico de abordagem da transparência e da *accountability*, cuja responsabilidade foi entregue ao Secretário-Geral do Partido Socialista, é um momento muito importante para construirmos um conjunto não só de ideias, porque essas já existem, mas de instrumentos eficazes para lutar pela transparência e contra a corrupção.

A questão da abordagem dos paraísos fiscais e da taxação das transações financeiras, como o Sr. Deputado sabe, não é importante apenas pela capacidade de transformação de um modelo fiscal que assenta num paradigma já ultrapassado. Ele é eficaz porque permite a rastreabilidade do dinheiro e, ao permitir a rastreabilidade do dinheiro, permite a luta contra a grande criminalidade — do tráfico de droga, do tráfico de seres humanos e do tráfico de armas.

Portanto, é essencial que encostemos ações concretas, políticas concretas, às declarações de princípios que fazemos. Isso é muito, muito importante, e teremos o gosto, através da liderança do Secretário-Geral do PS, de estar nesse grande movimento a favor da «saúde» das nossas democracias e a favor da defesa do bem comum das populações, que é essa a nossa primeira responsabilidade.

No que se refere à questão do compromisso e do respeito pelos compromissos, o Partido Socialista é um partido de honra, é um partido que honra a sua palavra e gostaríamos muito, mas muito mesmo, que a atual maioria tivesse sido mais atenta e mais favorável à incorporação de muitas propostas que, ao longo destes 18 meses, o Partido Socialista tem apresentado, mas tem apresentado de coração aberto, com vontade de melhor servir, com vontade de garantir que uma agenda de austeridade se transforme numa agenda de disciplina orçamental que conviva e que proporcione o crescimento económico e o emprego.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.^a **Maria de Belém Roseira** (PS): — Precisamos disso como de «pão para a boca» para garantir aquilo que é o bem-estar dos nossos povos e aquilo que é uma saída para a crise.

O Sr. Deputado sabe tão bem como eu que a ortodoxia das políticas assentes no Consenso de Washington, que foi adulterado relativamente à sua conceção, que foi, aliás, já renegado pelo criador do conceito, são absolutamente transformadoras e invertem a prioridade das coisas.

A economia é um instrumento ao serviço das pessoas, não são as pessoas que estão ao serviço da economia; essa é a verdadeira conversão que temos de fazer e sabemos que estamos bem acompanhados nessa formulação, nessa conceção, nesse princípio e nessa ação.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Abel Baptista.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o PCP veio ontem condenar a nomeação do Secretário de Estado da Alimentação e Investigação Agroalimentar, Prof. Dr. Nuno Vieira e Brito, como Secretário de Estado e como Diretor-Geral.

Vozes do PCP: — Muito bem! É mais um Franklim!

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — O PCP armou-se ontem em *sniper* político mas falhou claramente o seu tiro. O PCP, ontem, baixou o nível, desceu à baixa política e ao ataque pessoal. O PCP afirma que a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território nomeou o Prof. Dr. Nuno Brito como Diretor-Geral da Alimentação e Veterinária um dia antes da nomeação como Secretário de Estado para garantir o seu lugar como Diretor-Geral. Isto é mentira!

Vozes do CDS-PP: — É mentira!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Está em *Diário da República*!

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — A própria lei afirma, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que um dirigente cessa as suas funções quando toma posse de outro cargo ou função.

O PCP sabe isto e, porque sabe e conhece bem a lei, não pode dizer que o ignorou. Acresce que o Prof. Dr. Nuno Vieira e Brito nem sequer tomou posse como Diretor-Geral de Alimentação e Veterinária.

Mais uma vez, o PCP mentiu. Se o PCP se enganou, tem, hoje, a oportunidade de pedir desculpas e mostrar que, na política, não vale tudo.

O PCP insinua que o Prof. Dr. Nuno Vieira e Brito foi perito no seu próprio concurso. Isto é mentira! No seu concurso, foi júri João Belhim, Margarida Proença, Rui Fernandes e Osvaldo Teixeira.

O PCP afirma que o Prof. Dr. Nuno Brito tomou posse no dia 31, no mesmo dia em que foi nomeado Secretário de Estado. Mais uma vez, é mentira, porque não houve posse do Diretor-Geral de Alimentação e Veterinária, tal como não houve posse dos outros dirigentes nomeados, no mesmo dia, também por despacho da Sr.^a Ministra.

É mentira que o Prof. Dr. Nuno Vieira e Brito queira reservar o lugar de Diretor-Geral, primeiro, porque a lei não o permite, depois, porque o Prof. Dr. Nuno Vieira e Brito é funcionário público desde 1985, sendo atualmente professor do Instituto Politécnico de Viana do Castelo,...

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

... onde desempenha, inclusive, as funções de Vice-Presidente do próprio Instituto Politécnico. Aliás, o PCP tem conhecimento, mas pode consultar o seu vasto e rico *curriculum*,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Já consultámos!

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — ... onde poderá verificar as suas funções.

Finalmente, a Sr.^a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território disponibilizou-se a vir ao Parlamento dar todos os esclarecimentos sobre este assunto, mas o PCP não mostrou interesse em esclarecer, apenas quis fazer um ataque pessoal a uma pessoa, neste caso a um Secretário de Estado.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Veja-se o facto de o PCP, na sua nota, não dar qualquer relevância às muitas competências técnicas, académicas e científicas do Prof. Dr. Nuno Vieira e Brito,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É o Franquelim do CDS!

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — ... dando apenas nota de que este governante é membro da Assembleia Municipal de Guimarães, eleito pelo CDS.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Nunca falámos disso! Isso não nos interessa!

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Que eu saiba, isto não é proibido por lei! Vivemos em democracia e o facto de se ser autarca de um partido não é impeditivo de se ter outras competências e de se poder exercer outras funções, sejam governativas ou outras públicas.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O PCP, com esta nota, deixou de ser um partido institucionalista, como era seu hábito, e desceu à baixa política. Esperamos ouvir hoje, da parte do Partido Comunista Português, um pedido de desculpas por este seu engano, por estas suas inverdades. Se isto não acontecer, estamos a verificar que o Partido Comunista está nesta questão de má-fé.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, há muito ruído na Sala e os oradores têm sido bastante prejudicados por isso.

Sr. Deputado Abel Baptista, inscreveram-se, para lhe pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados João Ramos, do PCP, e Miguel Freitas, do PS. Não sei como o Sr. Deputado pretende responder.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Individualmente, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Muito bem, Sr. Deputado Abel Baptista.

Então, tem a palavra o Sr. Deputado João Ramos, do PCP, para pedir esclarecimentos.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Abel Baptista, relativamente à questão que, hoje, aqui nos traz, é importante dizer que a nossa fonte é muito simples: é o *Diário da República*!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, não! Onde está a tomada de posse no *Diário da República*?!

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Pode-se consultar a listagem de *Diários da República* e percebemos o que lá vem sobre o Sr. Secretário de Estado.

Mas basta ir aos factos: em março de 2012, o atual Secretário de Estado foi designado, em regime de substituição, Diretor-Geral de Veterinária; em outubro, foi iniciado o procedimento concursal pela CRESAP (Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública), quando ele já fazia parte do grupo de peritos da CRESAP, curiosamente o único da área da agricultura nessa Comissão; no dia 30 de janeiro, quando a Sr.^a Ministra, certamente, já sabia que o ia nomear Secretário de Estado,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Está, certamente, no *Diário da República*...

O Sr. **João Ramos** (PCP): — ... foi designado Diretor-Geral de Veterinária e, depois, esta nomeação só foi publicada ontem. Não percebemos qual foi a pressa desta nomeação ou desta designação como Diretor-Geral, quando a Sr.^a Ministra sabia que o senhor ia sair da função de Diretor-Geral. Não se percebe a pressa desta nomeação!

Finalmente, no dia 1 de fevereiro, foi nomeado Secretário de Estado.

Sr. Deputado Abel Baptista, era fundamental que se dessem alguns esclarecimentos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Quando quiserem!

O Sr. **João Ramos** (PCP): — É que a CRESAP diz, claramente, no seu regulamento, que a sua missão é efetuar os procedimentos concursais com isenção, rigor e independência. Pois parece-nos que há aqui muita matéria pouco clara e que valia a pena ser clarificada...

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Ah, agora já é «clarificada»!...

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Foi isso que o PCP sempre disse sobre a matéria. Aquilo que dissemos foi que, politicamente, esta matéria é inadmissível! Ou o Sr. Deputado consegue, hoje, dizer-nos aqui que, quando o anterior Diretor-Geral de Veterinária sair da função de Secretário de Estado, não vai voltar a ocupar a função de Diretor-Geral de Veterinária?!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não vai, não, a lei não permite!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Então, para que é que foi nomeado?!

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Então, se não vai ocupar, por que é que foi nomeado à pressa?!

Protestos do CDS-PP.

São estas clarificações que não existem e que era preciso que viessem a público.

A Sr.^a Ministra, ontem, para além de refutar estas questões — e, logicamente, admitimos que o faça —, não conseguiu clarificar a participação, por exemplo, na CRESAP. É essa clarificação que exigimos que seja feita em termos políticos e de exercício de cargos públicos.

Aplausos do PCP.

Protestos do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Abel Baptista.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado João Ramos, é lamentável que não tenha aqui apresentado um pedido de desculpas.

Aplausos do CDS-PP.

Sr. Deputado, disse que foi garantido o lugar de Diretor-Geral de Veterinária ao Secretário de Estado. Foi isto que o PCP disse!

O PCP não desconhece que a Lei n.º 2/2004, alterada pela Lei n.º 64/2011, no seu artigo 25.º, estabelece que cessam as funções as comissões dos titulares de órgãos dirigentes «pela tomada de posse seguida de exercício, a qualquer título, de outro cargo (...)». Os senhores sabem perfeitamente disto, conhecem esta disposição!

Protestos do PCP.

Cessam imediatamente e não há retoma de lugar! O que está garantido é o lugar na carreira, e a carreira deste senhor é a de professor do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. É isso que está garantido!

Aplausos do CDS-PP.

Os senhores estão errados nos fundamentos, são falsos nos factos, difamam uma pessoa e não pedem desculpa. Esta atitude é profundamente lamentável!

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Não é a pessoa, é o procedimento!

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Sr. Deputado João Ramos, se o senhor quer esclarecimentos, não faça afirmações como esta, erradas,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — ... em que diz: «O Sr. Secretário de Estado era membro da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública e avaliou o seu *curriculum*». É mentira! O senhor sabe que é mentira, porque sabe quem são os membros da Comissão! Sr. Deputado, é mentira!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Está na página da CRESAP!

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — O PCP mentiu!

O Sr. Deputado quer esclarecimentos, mas a Sr.^a Ministra, ontem, pelas suas próprias palavras, disse: «Eu própria terei muito gosto em ir, amanhã,...» — hoje, quinta-feira — «... à comissão parlamentar, se a comissão tiver essa disponibilidade, para explicar tudo». Quer que venha? Ela vem cá! Mas os senhores não querem que venha, querem apenas difamar as pessoas e que as pessoas fiquem com esse labéu!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Não são as pessoas, são os processos!

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Mas há uma coisa de que me parece que o Partido Comunista tem saudades: o Partido Comunista gostaria que estivéssemos num regime de partido único, onde as pessoas teriam de ser todas do mesmo partido. É que a única acusação que fazem ao Dr. Nuno Vieira e Brito é o facto de ele ser membro da Assembleia Municipal de Guimarães, eleito pelo CDS. Mas isto ainda não é crime, porque não estamos num regime de partido único.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Ainda há um pedido de esclarecimento, do Sr. Deputado Miguel Freitas...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr.^a Presidente, peço desculpa, permite-me uma interpelação à Mesa?

A Sr.^a **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr.^a Presidente, quero solicitar a distribuição do *Diário da República* que, no dia 26 de julho de 2012, publicou a lista da bolsa de peritos da CRESAP. É a isto que nos temos referido sempre,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é a isso, não!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — ... na integração da pessoa aqui em causa. Está no *Diário da República*, indicado pelo Ministério da Agricultura.

Em segundo lugar, Sr.^a Presidente, quero dizer que tudo o que referimos aqui deve ser consultado no *Diário da República*, porque ninguém acredita que uma ministra tenha nomeado um Diretor-Geral no dia 30...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não nomeou!

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado, isso já está fora do limite da interpelação.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — ... e o tenha proposto para tomar posse como Secretário de Estado, no dia 31, não sabendo que o tinha nomeado no dia 30.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não nomeou! É automático!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Nisso é que ninguém acredita!

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Também para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Magalhães.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, gostaria que a Mesa, através de V. Ex.^a, distribuísse um *take* da Lusa de ontem com declarações do Sr. Deputado do Partido Comunista Português, onde afirma não que faz parte da bolsa de peritos, ao contrário do que o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PCP veio agora dizer, mas que — e vou citar, até para o grande público perceber — «(...) fazia parte da comissão de recrutamento e seleção para a administração central, como perito, ou seja, avaliou o seu *curriculum* e tomou esta decisão de seleção do diretor-geral». Isto é falso, isto é mentira, devia ser objeto de um pedido de desculpa, mas não foi, o que é lamentável.

A segunda distribuição que solicito à Mesa, Sr.^a Presidente, é a da legislação sobre contratação pública, para perceber que há uma diferença — sei que o Sr. Deputado Bernardino Soares percebe, mas outros Deputados do Partido Comunista podem não perceber — entre um processo concursal, em que o ministro se limita a homologar o resultado de um concurso, e um processo de nomeação política direto. O que aconteceu foi a homologação de um concurso e não qualquer nomeação política.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem! É verdade!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Nisso, nem vocês acreditam!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Isto o PCP sabe, mas não quer dizer, porque aquilo que o PCP quer, Sr.^a Presidente, é lançar lama para o nome das pessoas. Neste caso, falhou o « tiro », teve oportunidade de pedir desculpa, mas não pediu. É lamentável!

Aplausos do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Agora, sim, para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Freitas.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Abel Baptista, naturalmente, nós, sobre esta matéria, o que gostaríamos de dizer é que não encontramos matéria política para mais uma secretaria de Estado no Ministério da Agricultura...

Aplausos do PS.

... e que, na primeira oportunidade em que, neste Ministério, houve ocasião de alargar o Ministério em mais uma secretaria de Estado, em vez de terem feito a opção por mais uma secretaria de Estado na área do ambiente, têm, pela primeira vez, na história da democracia portuguesa, um Ministério da Agricultura e do Mar com quatro secretarias de Estado. É a primeira vez, na história da democracia portuguesa, que há quatro secretarias de Estado para esta matéria e, do nosso ponto de vista, tal não se justifica.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Mas queremos também afirmar que, do ponto de vista dos nomes, estas nomeações não nos oferecem qualquer dúvida e, portanto, reconhecemos a valia técnica das pessoas nomeadas e esperamos, sinceramente, que possam desempenhar bem as suas funções.

Mas regressemos à política, porque estranhámos que, hoje, no momento em que se discute, em Bruxelas, uma das matérias mais importantes para a agricultura portuguesa, a declaração política do CDS tivesse sido sobre este *fait divers* entre o CDS e o PCP.

Aplausos do PS.

É que, hoje, discute-se em Bruxelas o futuro do orçamento comunitário, que é fundamental para os portugueses e para a agricultura portuguesa. E tivemos uma notícia de primeira página: o Sr. Primeiro-Ministro, finalmente, disse-nos qual era a «linha vermelha» em matéria de fundos agrícolas. Tivemos oportunidade, aqui, na semana passada, de questionar a maioria e o Governo sobre essa matéria, e o Sr. Primeiro-Ministro deu-nos hoje uma resposta: mais 900 milhões de euros em fundos agrícolas!

Isso significa que a «linha vermelha» do Governo nesta negociação é manter exatamente o mesmo nível de apoios agrícolas que tivemos entre 2007 e 2013! Portanto, esperamos sinceramente, a bem da agricultura portuguesa, que esse resultado seja obtido!

O Sr. Primeiro-Ministro assumiu um compromisso com essa nota que hoje ficámos a conhecer. Esperamos, sinceramente, ter 9000 milhões de euros, como tivemos entre 2007 e 2013, para os fundos agrícolas.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Mas, Sr. Deputado Abel Baptista, gostaria de colocar-lhe uma questão muito concreta. É que não sei se o Sr. Deputado sabe que, se hoje fosse aprovado o orçamento comunitário (como, naturalmente, gostaríamos que acontecesse), não estaríamos preparados para começar a aplicar no dia 1 de janeiro de 2014 o programa de desenvolvimento rural.

Sabe porquê, Sr. Deputado? Porque, até este momento, o Ministério da Agricultura ainda não preparou, para além das linhas gerais, nenhum documento para avançar, no dia 1 de janeiro de 2014, com os fundos ao investimento agrícola. Isso, sim, Sr. Deputado, é muito grave!

Protestos do Deputado do PSD Pedro Lynce.

Isso, sim, Sr. Deputado, diz respeito aos portugueses e aos agricultores a nível nacional!

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Deputado Abel Baptista.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Miguel Freitas, muito obrigado pelas questões que colocou.

Deixe que comece por dizer algo que para o CDS é uma questão de honra: não há *fait divers* em questões de verdade e de honra.

Aplausos do CDS-PP.

O CDS, neste caso, defende a verdade relativamente a uma pessoa e à sua honra, que o Partido Comunista Português fez questão de querer manchar, claro está que com mentiras, e as mentiras vêm sempre ao de cima.

Protestos da Deputada do PCP Rita Rato.

Evidentemente, não poderíamos deixar passar isso, até porque no próprio documento que o Partido Comunista distribuiu consta o nome dos peritos, mas, como o Partido Comunista bem sabe, há questões de incompatibilidade que a própria lei determina,...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Isso é *jobs for the boys*, descaradamente!

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — ... que impedem que qualquer pessoa possa tomar posse num processo que lhe diga diretamente respeito ou em que tenha interesse.

Protestos do PCP.

Os Srs. Deputados sabem disso, pelo que não queiram «atirar areia para os olhos das pessoas».

Vozes do CDS-PP: — Exatamente!

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Sr. Deputado Miguel Freitas, registo com agrado que tem estado atento às posições que o Governo tem defendido junto do Conselho Europeu.

Penso que o facto de o Governo português ter dito que pretende aumentar as verbas para a agricultura portuguesa é uma boa base negocial. Não seria uma boa base negocial ir já para o Conselho Europeu dizer que aceitávamos receber menos; não, o que queremos é receber mais — esta é a base negocial.

Relativamente à questão que colocou, tenho a dizer-lhe que, neste momento, temos uma Ministra da Agricultura que, graças a Deus, não se chama Jaime Silva.

Aplausos do CDS-PP.

Portanto, em 2014, com certeza estaremos preparados para pôr em funcionamento o novo quadro comunitário bem como para o ter em funcionamento após 2014. Sendo certo que, apesar de tudo, também não deixaremos de executar, em 2014 e em 2015, tudo que diz respeito ao quadro comunitário anterior, de acordo com a designada «regra n+2», para cumprir aquilo que não foi cumprido pelo Governo socialista, nomeadamente pelo primeiro Governo do Partido Socialista do Eng.º José Sócrates, em que tivemos um Ministro da Agricultura que só serviu para destruir a agricultura — o qual V. Ex.^a, também infelizmente para si, muito defendeu, Sr. Deputado Miguel Freitas.

É verdade que o Partido Socialista «corrigiu o tiro» no segundo Governo — justiça seja feita ao nosso colega António Serrano, atualmente Deputado e ex-Ministro da Agricultura, que corrigiu muito do que estava mal. Infelizmente, não era Ministro da Agricultura no momento em que foi iniciado o Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER). Se nessa altura fosse Ministro, se calhar hoje a agricultura portuguesa talvez estivesse bem melhor.

Vozes do CDS-PP: — Está a ver como somos justos, Sr. Deputado?!

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Mas, infelizmente, o Partido Socialista comete muitos erros, e esse foi um dos graves erros que o Partido Socialista cometeu no Governo anterior.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente:** — Tem palavra, para uma declaração política, o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A situação a que o Governo está a conduzir os Estaleiros Navais de Viana do Castelo é absolutamente intolerável. Não se trata apenas de uma situação escandalosa, não é apenas uma situação inaceitável e incompreensível, começa mesmo a entrar no campo de inconfessadas intenções de alguns dos responsáveis que parecem estar mais apostados numa estratégia de autêntica sabotagem económica, visando a falência e o encerramento da empresa, do que em encontrar uma qualquer solução para sustentar o seu futuro e o dos seus 630 trabalhadores.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — É bom repetir, aqui e agora, que o estado de degradação a que sucessivas administrações e governos conduziram esta empresa industrial eminentemente exportadora, com quase 70 anos ao serviço da economia da região e do País, não começou, naturalmente, em 2011. Esta é uma situação com muitos anos, e exemplos disso há muitos.

Entre 2002 e 2005, o Estado celebrou contratos com os estaleiros para a construção de 16 navios — trabalho para 13 anos, dizia-se. Resultados? Construíram-se apenas dois desses 16 navios, um dos quais ainda está em fase de conclusão.

E levantando um pouco mais o véu sobre esta encomenda, dita firme, do Estado, importa recordar os 18 milhões de euros gastos em aço e maquinaria com a construção de um desses 16 navios (o de combate à poluição) que, afinal, acabou por não ser construído.

Este levantar de véu é importante para mostrar de onde vem e quem são os verdadeiros responsáveis pelo passivo dos estaleiros navais, a que temos, naturalmente, de somar muito mais: de somar, por exemplo, cerca de 72 milhões de euros com os dois navios para os Açores, um dos quais, o *Atlântida*, continua por aí a degradar-se.

Vozes do CDS-PP: — Por culpa de quem?

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — De que estará o Governo à espera para promover uma auditoria rigorosa a estes contratos, para apurar responsabilidades e para exigir eventuais indemnizações?

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: «Há trabalho para fazer e contratos paralisados por cumprir!». «Não queremos continuar a não fazer nada e a receber salários assistindo ao mesmo tempo à degradação da empresa e à completa inércia da administração e do Governo!». «É desumano e vexatório manter 630 trabalhadores quase paralisados há mais de dois anos!». «Já não suportamos mais promessas sem nada à vista!».

Quatro citações que são, Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, expressões autênticas da justíssima revolta dos trabalhadores dos estaleiros que nos é transmitida diariamente! Estes são desabafos que bem caracterizam os níveis de degradação a que o Governo deixou conduzir os estaleiros.

A maioria parlamentar desta Casa tem, infelizmente, suportado toda esta estratégia governamental. Impediu a aprovação de duas recomendações que o PCP aqui apresentou, entre as quais uma (em janeiro de 2012) que propunha ao Governo que avançasse com a construção dos asfalteiros para a Venezuela, isto é, que assegurava trabalho para quase três anos, cumprindo contratos que podem definitivamente caducar em março deste ano e implicar o pagamento de quase 30 milhões de euros (isto é, mais passivo), incluindo a devolução dos quase 13 milhões de euros já recebidos como adiantamento!

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Uma vergonha!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Só a falta de vontade política do Governo impede que a construção destes dois navios avance!

Só a aposta numa estratégia de privatização dos estaleiros, vendendo a empresa ao estilo BPN, sem passivo e muito abaixo do valor dos seus ativos, pode justificar esta obsessão do Governo!

Aposta destrutiva e injustificada que, mais uma vez, foi aqui suportada pela maioria parlamentar ao rejeitar a proposta do PCP para terminar com o processo de privatização dos estaleiros.

Aposta de privatização que está agora condenada à morte com a desistência de um dos concorrentes e que exige que o Governo não fique à mercê de um único candidato (como quando fez o favor ao BIC de lhe vender o BPN), tomando decisões claras e imediatas na defesa dos estaleiros e do interesse nacional, isto é: extinguir o processo de privatização; financiar de imediato o arranque da construção dos asfalteiros; nomear uma nova administração, competente e eficiente, capaz de estabelecer e de diversificar uma estratégia comercial para a empresa, verdadeiramente apostada na recuperação da empresa e na proteção dos postos de trabalho!

Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: A emergência da situação escandalosa criada nos Estaleiros justificou esta declaração e o requerimento que ontem fizemos, e que foi aprovado, para que o Sr. Ministro da Defesa Nacional viesse prestar explicações ao Parlamento.

A situação calamitosa a que o Governo deixou chegar os Estaleiros Navais de Viana do Castelo exige, porém, que o Sr. Ministro não reaja a este pedido de forma burocrática adiando por mais três semanas a sua vinda ao Parlamento. A urgência da situação exige que o Ministro venha discutir o futuro dos Estaleiros no

Parlamento com a máxima prioridade e urgência e que se quiser vir acompanhado por outros membros do Governo, incluindo da área das finanças, que o faça, pois a situação desta empresa industrial bem o justifica!

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado Honório Novo, inscreveram-se, para lhe pedir esclarecimentos, os seguintes Srs. Deputados: José Luís Ferreira, de Os Verdes; Mariana Aiveca, do BE; Abel Baptista, do CDS-PP; Eduardo Teixeira, do PSD; e Jorge Fão, do PS.

Entretanto, o Sr. Deputado Honório Novo informou a Mesa que pretende responder após cada pedido de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Honório Novo, de facto, os Estaleiros Navais de Viana do Castelo estão confrontados com uma situação preocupante de muita instabilidade. Mas as causas que conduziram a esta situação são públicas, e quanto a isso não há grandes divergências — aliás, o Sr. Deputado referiu-as, e muito bem.

Por um lado, temos a falta de investimento por parte dos vários governos, inclusive ou sobretudo do Governo atual.

Por outro lado, as várias administrações que têm passado pelos Estaleiros Navais de Viana de Castelo não mostraram grande vontade em procurar soluções. E, por mais esforços que se façam para dizer o contrário, a verdade é que os governos deixaram chegar a situação ao ponto a que chegou para concluírem o mais fácil: a reprivatização dos Estaleiros Navais de Viana de Castelo. Como as coisas não acontecem por acaso, fica a ideia de que houve até um trabalho intencional deste e dos anteriores governos no sentido de preparar o terreno com vista à privatização dos Estaleiros.

No mínimo, é inquestionável que faltou vontade política ao Governo para garantir a viabilização económica dos Estaleiros. Mas se para isto faltou vontade ao Governo, sobrou, no entanto, vontade para privatizar os Estaleiros, e isso, de certa forma, explica tudo.

Sr. Deputado, o Governo diz que a privatização vai contribuir para o desenvolvimento do setor da construção e da reparação naval e para uma concorrência efetiva e equilibrada no setor. Mas sabemos que isso é só conversa fiada porque, tal como nós, o Governo também sabe que a privatização de empresas industriais levou, na grande maioria dos casos, ao seu desmantelamento, com todas as consequências que isso representa para a nossa economia, para o País, e para o desemprego. Ainda por cima, estamos a falar do único estaleiro naval no nosso País com capacidade própria relativamente à elaboração e materialização de propostas de construção naval.

Não temos dúvidas de que a privatização dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo é um mau negócio para o Estado, para a nossa economia, para os trabalhadores e que vai contribuir, decisivamente, para aumentar o desemprego na região.

Sr. Deputado, o meu pedido de esclarecimento é o seguinte: que vantagens vê para a nossa economia, para o País e para os portugueses neste processo de privatização sobretudo numa altura em que o País está inundado com o problema do desemprego e em que tanto é necessário dinamizar a nossa economia?

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado José Luís Ferreira, muito obrigado pela questão que me coloca.

O seu pedido de esclarecimento permite-me dizer-lhe, muito simplesmente, que não há nenhuma vantagem no processo de privatização para o País, para a empresa e para os trabalhadores.

Temos, aliás, experiências na privatização de várias empresas industriais em Portugal para sabermos imediatamente, a curto prazo, a que é que conduziu essa estratégia: na maior parte dos casos, conduziu à destruição de importantes empresas industriais e à destruição inexorável dos postos de trabalho que asseguravam, com prejuízos evidentes do País e com consequências numa crescente dependência de

Portugal relativamente ao estrangeiro. Naturalmente, em favor de quem? Em favor de interesses económicos e financeiros conjunturais, que apropriavam empresas e que, depois, as eliminavam e destruíam.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Estamos, portanto, no caso dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, perante uma empresa que é absolutamente determinante para o relançamento daquilo que é uma fileira do mar, tão anunciada hoje, tão usada por toda a gente como um elemento estratégico e económico para o País. Essa empresa é determinante nessa estratégia e tem de ser pública para assegurar o interesse público na definição das orientações de uma estratégia desta natureza vital para o País. Naturalmente, neste sentido, insistimos em que essa empresa tem de ser pública!

Mas permita-me chamar-lhe a atenção, Sr. Deputado, para que estamos perante uma situação em que não há volta a dar: este processo de privatização tem, necessária e urgentemente, de ser extinto, e tem de regressar à conduta de onde nunca devia ter saído, isto é, a uma aposta na recuperação da empresa, a uma aposta numa administração nova, eficiente e capaz, a uma aposta na defesa dos postos de trabalho, a uma aposta na economia nacional.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Aiveca (BE).

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Honório Novo, trouxe-nos um tema da maior atualidade e também da maior importância estratégica, não só para a região onde estão os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, como também para o País.

Sabemos — o Sr. Deputado também o referiu — que foi propositada a situação em que as diversas administrações deixaram esses Estaleiros. Os episódios são vários e dão-nos conta de uma gestão absolutamente ruinosa.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Por isso mesmo, era urgente que também se pedissem responsabilidades às diversas administrações. Ainda recentemente, ouvimos declarações provocatórias de um dos administradores relativamente aos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, mas depois concluímos que não acontece nada.

Aquilo a que assistimos é de uma gravidade, prejudica os postos de trabalho e os trabalhadores, as suas famílias e aquela região, mas prejudica, fundamentalmente, a economia do País e vai contra aquilo que o próprio Ministro da Economia tanto nos tem vindo a anunciar sobre a reindustrialização do País. Mas a verdade é que nada faz para incentivar e aproveitar uma unidade como aquela que todos bem sabemos possuir um *know-how* ímpar no nosso tecido empresarial.

Portanto, Sr. Deputado, este é um filme que já vimos.

O meu pedido de esclarecimento é no sentido de saber se não considera que aquilo que neste caso foi utilizado é a mesma técnica de sempre: asfixiar para, a seguir, privatizar.

Vozes do BE: — Exatamente!

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Ou seja, o objetivo é exatamente o de dismantelar aquela unidade.

A Sr.^a **Presidente**: — Queira terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Por isso, lhe peço que comente esta questão, ou seja, peço-lhe que diga se considera que o Governo está ou não apostado no dismantelamento dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Mariana Aiveca, agradeço o seu pedido de esclarecimento e respondo-lhe do seguinte modo: é evidente — julgo que isto até é transversal e reconhecido — que a degradação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo começou há muitos anos, sob a tutela de diversos governos, de diversos ministros da defesa e de diversas administrações, incompetentes, que na maioria dos casos governavam aquela empresa a partir de Lisboa!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Iam lá à segunda-feira e vinham à terça-feira para Lisboa, deixando a empresa ao «Deus dará».

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — A verdade é que há vários exemplos que mostram isso. E dou-lhe um exemplo: entre 2002 e 2009, foram estabelecidos com os Estaleiros Navais de Viana do Castelo contratos (como eu disse há pouco) para a construção de 16 navios para a Marinha Portuguesa, todos passados a letra de forma. Pois até agora, até 2013, foram construídos dois ou, melhor, foi construído um e outro está em fase de acabamento. Quem é o responsável por isto? Só podem ser os governos e as administrações!

E, pior, para privatizarem, invocam o passivo da empresa. Há pouco, na minha intervenção dei alguns números: 18 milhões de euros para compra de maquinaria e aço, para um navio para a marinha que nunca foi construído; 72 milhões de euros com encargos para a construção de dois navios para os Açores, um que não foi construído e outro que está encostado por aí, a degradar-se, nem se sabe bem onde! E isto exigiria uma auditoria, responsabilidades e o pedido de indemnizações a quem de direito. Pior ainda: contratos sobre contratos, estabelecidos com prejuízos à cabeça, sabendo que contratos firmados iam levar direta e inevitavelmente a prejuízos e ao aumento de passivo.

Quem é o responsável por isto tudo? Os sucessivos governos, as sucessivas administrações! Com que objetivo? O objetivo é o de criar um passivo de 270 milhões de euros e invocar que a única solução é privatizar, colocar aquela empresa estratégica ao serviço de interesses económicos privados. Não, esse não é o caminho! Esse é o caminho que, a prazo, vai, certamente, conduzir à destruição desta empresa!

A Sr.^a **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Vamos continuar a denunciar isso e vamo-nos opor terminantemente a essa estratégia de destruição dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Abel Baptista.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Honório Novo, traz aqui novamente a questão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. E digo-lhe: ainda bem que traz.

Para já, começo por lhe dizer que é a segunda vez que um Governo do PSD e do CDS está a salvar os Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Em menos de 10 anos, esta é a segunda vez que um Governo PSD/CDS faz alguma coisa para salvar os Estaleiros Navais de Viana do Castelo. A primeira, em 2002-2003, no Governo em que o Primeiro-Ministro era Durão Barroso e o Ministro da Defesa era Paulo Portas, foi integrada na EMPORDEF — Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, SA, a empresa Estaleiros Navais de Viana do Castelo, para poder ser viabilizada. Nessa altura (é verdade) foi assinado um conjunto de contratos e estabelecido um conjunto de protocolos para a construção naval militar de uma série de navios — os dois navios que estão em construção vêm dessa altura —, tendo sido então também assinados contratos para a construção de um conjunto de navios na área civil, muito em particular os navios-hotéis para o Douro, pelo ex-ministro do turismo Telmo Correia. Foi ainda estabelecido um conjunto de contactos com diversos países, nomeadamente Angola, Brasil, Marrocos, entre outros, para a construção de navios militares. Aliás, ontem, a própria comissão de trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo disse na Comissão de Defesa Nacional que o Dr. Paulo Portas foi sete vezes aos Estaleiros para viabilizar contratos que pretendia estabelecer.

Protestos do Deputado do PS Jorge Fão.

O Sr. Deputado Honório Novo deu aqui alguns exemplos, como os de 18 milhões de euros de aço para construção de navios comprados pelos Estaleiros e não utilizados ou de 72 milhões de euros de prejuízo na construção de dois navios para os Açores. Sr. Deputado, trata-se de contratos e aquisições feitos no tempo do Governo do Partido Socialista, que levaram à situação gravosa em que estão os Estaleiros Navais de Viana do Castelo neste momento. Trata-se de uma situação grave, para a qual, seguramente, haverá este Governo de encontrar solução, porque o Partido Socialista os deixou afundar completamente, também com a atribuição de cerca de 180 milhões de euros de ajudas ilegais, que sabia serem ilegais. Apesar da notificação da União Europeia de que não podia fazê-lo, por serem ajudas ilegais, fê-lo, afundando, aí sim, a situação financeira dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Protestos do Deputado do PCP Jorge Machado.

As pessoas, em Viana do Castelo, sabem quem têm sido os responsáveis pelo afundamento daquela empresa e sabem quem têm sido as pessoas que tudo têm feito para salvar os Estaleiros Navais de Viana do Castelo e para viabilizá-los.

Sr. Deputado Honório Novo, já agora, permita-me só deixar-lhe uma questão.

A Sr.^a **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Terminarei, Sr.^a Presidente.

Não é verdade que todas as privatizações sejam más, e o próprio Partido Comunista muitas vezes o reconhece. Dou-lhe um exemplo, e peço-lhe que o comente: privatização da, então, Portucel Viana, que, depois de privatizada, aumentou a massa salarial, não despediu pessoas, mantém a empresa a laborar, com mais lucros, a pagar mais impostos e a viabilizar mais emprego. É ou não verdade, Sr. Deputado?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Abel Baptista, também lhe agradeço a questão colocada e pretendo, naturalmente, comentar o tirocínio que V. Ex.^a fez dos ministros do CDS relativamente àqueles Estaleiros Navais.

De facto, o Dr. Paulo Portas foi lá sete vezes visitar uma administração por ele nomeada, que, por acaso, parece que só estava lá quando o ministro lá estava também.

Risos do PCP.

Fora as visitas do ministro, a administração, pelos vistos, estava em Lisboa, a tratar de outros negócios, como, por exemplo, o das contrapartidas dos submarinos...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ora, ora!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — ... dos quais temos exemplo nos Estaleiros.

Protestos do Deputado do CDS-PP Abel Baptista.

Quer um exemplo? Um guindaste, chamado *K7*, que foi instalado como resultado das contrapartidas dos submarinos, nunca funcionou. Sabe, Sr. Deputado Abel Baptista? E não só não funcionou como hoje compromete as exportações de uma empresa que está ao lado, a ENERCON, que queria exportar através do cais dos Estaleiros, usando aquele guindaste. E sabe para onde tem de desviar as torres eólicas? Para Leixões, a 60 km! Veja o resultado das visitas do Sr. Ministro Paulo Portas aos Estaleiros!

Risos do Deputado do CDS-PP Abel Baptista.

Apetece dizer que, de salvação dos Estaleiros, em salvação dos Estaleiros, à medida do Dr. Paulo Portas, caminhamos rapidamente para o encerramento dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Pode ser o que os senhores e o CDS pretendem, mas não é isso o que os trabalhadores querem, nem é isso o que o País deseja!

Aplausos do PCP.

Protestos do Deputado do CDS-PP Nuno Magalhães.

A Sr.^a **Presidente**: — Para formular o seu pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Teixeira.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Honório Novo, quero cumprimentá-lo e agradecer-lhe por nos trazer este importante tema, hoje, a debate ao Parlamento.

Trata-se, de facto, de um tema atual, de um tema preocupante, de um tema que nos preocupa a todos e que é, sem dúvida alguma, mais uma herança do anterior Governo.

Num setor tão importante e estratégico para o País como a construção naval e a plataforma estratégica de desenvolvimento do mar, o Governo tem feito tudo o que está ao seu alcance para tentar encontrar uma solução, para tentar encontrar um caminho, para tentar salvaguardar os postos de trabalho, para encontrar uma solução comercial para esta importante empresa do País e do norte de Portugal.

De facto, encontrou-se um caminho, que passou pela privatização, um caminho que procurava potenciar sinergias, que procurava encontrar um *partner* que fizesse escala e que precisasse urgentemente de alavancar o negócio e de ter sucesso comercial, que conseguisse tirar a imagem negra que ficou depois da construção dos navios *Atlântida* e *Anticiclone*, o pobre coitado que ficou em estaleiro.

Ainda ontem, recebemos os trabalhadores dos estaleiros na Comissão de Defesa Nacional e, na semana passada, recebemos nesta Casa, na Comissão de Economia e Obras Públicas, os trabalhadores e a comissão de trabalhadores. Ficou bem explícito, pelo que foi dito, que tinha de terminar o tipo de gestão que é feita nos Estaleiros. Não podemos continuar a construir barcos assim.

Os trabalhadores deram-nos um estudo, já apresentado, que diz que nos últimos cinco anos aquela casa construiu 15 projetos.

Protestos da Deputada do PCP Rita Rato.

Apenas dois desses navios deram lucro, de 630 000 euros; os outros 13 navios deram um prejuízo, em média, de quase 5 milhões de euros por cada barco construído, ou seja, de 63 milhões de euros. A este valor soma-se o buraco, o escândalo que foi a construção dos navios *Atlântida* e *Anticiclone*.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — E a culpa é de quem?

O Sr. **Eduardo Teixeira** (PSD): — A Comissão de Defesa Nacional tentou trazer a esta Casa o Sr. Presidente da Atlânticoline, respondendo a um apelo feito pelo Sr. Presidente da EMPORDEF para que os órgãos de soberania se envolvessem nesta questão. Pois bem, fomos confrontados com a sua recusa de vir a esta Casa da democracia, o que muito lamentamos.

Este é, de facto, um dos grandes problemas: temos um caminho, estamos a tentar encontrar todas as soluções, por muitas pedras que apareçam no caminho, e sem dúvida que mais uma pedra foram os apoios ilegais concedidos a esta empresa, fruto da gestão praticada. Por cada barco cuja construção era iniciada sabia-se sempre que ia dar prejuízo, mas nos últimos cinco anos foram concedidos, de forma ilegal, mais de 100 milhões de euros a esta empresa, que não podia continuar, em permanência, a estar no mercado com a subvenção do Estado português.

Sr. Deputado, a pergunta que lhe faço é clara. Nós herdámos um problema, o caminho definido pelo Partido Socialista era o de, até 20 de junho de 2011, despedir 420 trabalhadores.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado, queira fazer o favor de concluir.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (PSD): — Estes trabalhadores estariam hoje no desemprego; aliás, passado este tempo, porventura, já estariam na fase final do recebimento do subsídio de desemprego. Era este o caminho que o Partido Comunista defendia? Era esse o caminho que daria sucesso comercial à empresa? Acha que, hoje, os Estaleiros Navais de Viana do Castelo estariam melhor com menos 420 trabalhadores, que era o caminho definido no passado pelo Partido Socialista?

Nós, apesar das adversidades, apesar das dificuldades, defendemos um caminho de sustentabilidade, defendemos um caminho de futuro e de recuperação da grande empresa que são os Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Eduardo Teixeira, muito obrigado pela questão.

O Sr. Deputado fala dos Estaleiros e da necessidade de encontrar uma solução para os mesmos, pena é que, passados quase dois anos de gestão do seu Governo, não estejamos perto de uma solução para os Estaleiros; estamos perto, sim, do seu afundamento completo e total.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ora bem!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Se esta é a solução que o PSD quer trazer para os Estaleiros, nós rejeitamo-la.

O Sr. Deputado insiste, e bem, porque quanto a isso estamos de acordo, em invocar e imputar responsabilidades aos Governos e às administrações anteriores pela degradação a que deixaram conduzir os Estaleiros. Fala no contrato ruinoso com o *Atlântida*, mas o senhor já tomou alguma iniciativa para que o seu Governo apurasse as responsabilidades...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — ... e pedisse indemnizações relativamente a isso? Os senhores, agora, têm a faca e o queijo na mão. Por que não avança, Sr. Deputado? Por que se limita à conversa barata?

Sr. Deputado Eduardo Teixeira, fala nos contratos dos Açores, eu falo-lhe da paralisia a que os Estaleiros estão conduzidos desde que o seu Governo tomou posse. Há quase dois anos que está prometido o avanço da construção de dois navios para a Venezuela. Do que é que o senhor e o seu Governo estão à espera para avançarem com essa obra? Por que é que esses contratos não avançam? Por que é que os senhores estão a deixar caducar esses contratos? O senhor sabe que, se até março a obra não avançar, esses contratos caducam e os Estaleiros têm de devolver 30 milhões de euros, incluindo os 13 milhões de euros de adiantamentos.

Sr. Deputado Eduardo Teixeira, por amor de Deus, não lave as mãos como Pilatos, não se vire para o Governo anterior — que tem, de facto, muitas responsabilidades —; assuma as responsabilidades do seu Governo, faça uma autocrítica, procure, connosco, extinguir o processo de privatização e relançar a empresa na rota da sustentabilidade, do progresso e da defesa dos postos de trabalho.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Fão, do PS.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Honório Novo, naturalmente, também eu o felicito por ter trazido à discussão este tão importante e tão atual tema dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Depois de assistir às intervenções dos Srs. Deputados Abel Baptista e Eduardo Teixeira, que sinceramente me pareceram desesperos náufragos de quem não tem solução para um problema grave do País, o que, ao fim de ano e meio de funções deste Governo, podemos concluir é que há uma total incompetência...

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Do PS!

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — ... e uma total incapacidade deste Governo e do Sr. Ministro da Defesa Nacional para encontrar uma solução para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Esta é a realidade!

Aplausos do PS.

Demorou mais de um ano, no meio de enormes hesitações, a tomar uma decisão para reprivatizar aquela organização. Mais de um ano! A resolução do Conselho de Ministros só foi tomada e publicada em agosto de 2012.

Entretanto, logo de seguida, o Sr. Ministro da Defesa Nacional dizia, e apostava que não falhava, que no final de 2012, em dezembro, teria definitivamente concluído o processo de reprivatização. Falhou rotundamente,...

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Falhou o PS!

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — ... e em dezembro de 2012 não tinha nenhuma solução para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Pressionado por este falhanço, o Sr. Ministro veio dizer, há bem pouco tempo, que em janeiro não podia ser mas que em fevereiro, definitivamente, estaria encerrado o processo de reprivatização.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Milhões de euros de ajudas ilegais!

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Que notícias tivemos nos últimos dias? Tivemos a notícia de que um concorrente desistiu e que já só fica um, que seguramente, numa posição dominante, vai colocar o Governo de joelhos nesta ponta final da negociação; além do mais, a Comissão Europeia levanta questões que parece que o Governo não conseguiu justificar até aqui.

Por isso, ao longo de todo este tempo, o que é aconteceu nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, para além deste falhanço no processo de reprivatização? Não conseguiram uma nova encomenda (nem uma!); reduziram o volume de serviço ao nível da reparação; não conseguiram concluir o segundo navio de patrulha oceânico (NPO);...

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — E o PS o que é que conseguiu em sete anos?

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — ... não conseguiram, dramática e irresponsavelmente, iniciar a construção dos navios asfalteiros. Ou seja, não fizeram rigorosamente nada! É mau de mais.

Srs. Deputados do PSD, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro da Defesa Nacional, isto é mau de mais. É uma trapalhada completa, um falhanço rotundo!

Portanto, se não têm solução, se não conseguem encontrar forma de reprivatizar e paira no ar esta ideia de encerrar os Estaleiros Navais, o que queremos dizer aqui hoje de forma perentória é que o Partido Socialista não admite que este Governo encerre os Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Fez tudo para isso acontecer!

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Se não conseguem reprivatizar, anulem o processo, transfiram a tutela para o Ministério da Economia e do Emprego, definam um plano de revitalização e recuperação dos Estaleiros, integrem-no no processo de reindustrialização do País e, por favor, salvem aquela empresa — a região de Viana do Castelo exige-vo-lo, o País exige-vo-lo e a política de economia do mar impõe-no como obrigação!

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do CDS-PP Abel Baptista.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo para responder.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Jorge Fão, confesso-lhe que julgava que o senhor, sendo o último a intervir neste debate, iria explicar ao País e a esta Casa...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Ele não sabe! Como é que ia explicar?

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — ... os 72 milhões de euros de prejuízo dos contratos dos navios dos Açores, os 18 milhões de euros de aço comprado para um navio que não foi construído ou a quantidade de contratos estabelecidos com os Estaleiros Navais com prejuízos reconhecidos à cabeça. Não o fez, mas o Sr. Deputado tem consciência — má-consciência — de que o estado de degradação a que chegaram os Estaleiros foi muito fruto da atuação irresponsável do seu Governo entre 2005 e 2011.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — E então?

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Irresponsabilidade que, naturalmente, não exime o aprofundamento dessa irresponsabilidade por parte do Governo do PSD e do CDS.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — O PSD e o CDS não cumprem o contrato firmado em março de 2011 com a Venezuela, o Governo do PSD e do CDS arrisca-se a devolver 30 milhões de euros pelo incumprimento deste contrato que podia garantir trabalho aos Estaleiros durante três anos, isto é, ocupar 630 trabalhadores durante três anos. O Governo do PSD e do CDS mantém numa situação indigna e desumana 630 trabalhadores, que recebem e não trabalham, que querem trabalhar e não podem, que querem cumprir contratos e os senhores não deixam.

O PSD e o Governo apenas estão interessados em privatizar, privatizar, privatizar! Têm uma obsessão de privatizar os Estaleiros, sabendo que este é o caminho do encerramento, sabendo que este é o caminho da desgraça. Nem o CDS nem o PSD disseram aqui uma palavra sobre se acham, ou não, que deve prosseguir um processo de privatização à forma e à maneira do BPN, isto é, com um único candidato, falando com um único concorrente, colocando o Estado nas mãos desse concorrente, vendendo limpo de passivo e por um preço ao desbarato os ativos dos Estaleiros. Não disseram uma palavra sobre isso!

Estão interessados nessa via destrutiva, por isso posso concluir este debate dizendo que se o PS começou o enterro, o PSD e o CDS querem ser definitivamente os coveiros dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Teixeira.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (PSD): — Sr.^a Presidente, gostaria de pedir que, por intermédio da Mesa, seja distribuído a todos os grupos parlamentares um estudo...

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Mas é o estudo todo, não é uma folha!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (PSD): — ... que nos foi feito chegar pela comissão de trabalhadores dos Estaleiros Navais, que muito prezamos, elaborado pela Eurogroup Consulting, o qual demonstra que metade do passivo daquela empresa deriva dos 70 milhões de euros do navio *Atlântida* e que 62,4 milhões de euros derivam do facto de os últimos 11 navios terem sido construídos sempre a saber-se que, em vez de ter lucro, teria prejuízo.

Portanto, que fique bem claro que este estudo, que nos chegou pelas mãos das pessoas que trabalham nos Estaleiros todos os dias e que se preocupam com o passivo, demonstra bem os erros que no passado foram cometidos.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Prosseguindo, tem agora a palavra o Sr. Deputado João Semedo para uma declaração política.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: «Quem conta um conto acrescenta um ponto». Este provérbio aplica-se que nem uma luva ao discurso que o Governo tem tido sobre a nomeação de Franquelim Alves para Secretário de Estado.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Srs. Deputados, tenham calma que ainda estou a começar!

O Governo pretende convencer o País que Franquelim Alves é um herói na luta contra a fraude no «banco laranja», o Grupo BPN/SLN.

O Primeiro-Ministro começou por dizer que Franquelim Alves, e cito, «agiu sempre de forma correta nos lugares por onde passou», razão pela qual o Primeiro-Ministro está muito tranquilo quanto à idoneidade de Franquelim Alves e remata atestando tratar-se de uma boa escolha para o Governo.

Uns dias depois, é o Ministro Álvaro Santos Pereira a falar sobre o Franquelim Alves. Para o Ministro da Economia, Franquelim Alves «ajudou a desmascarar as fraudes do BPN». Aliás, disse ainda mais: «Se não fossem pessoas como Franquelim Alves não teria sido possível investigar as fraudes e as irregularidades do BPN». Calculo como se terá sentido o Dr. Miguel Cadilhe ao ouvir estas palavras.

O CDS-PP, na gestão acrobática da sua cumplicidade com esta nomeação, insinua que Franquelim Alves, apesar de tudo, não fez pior que Vítor Constâncio.

E o PSD, obrigado a suportar docilmente esta nomeação, lá vai sussurrando que no escândalo do «banco laranja» houve pecados muito maiores. É caso para dizer, Sr.^{as} e Srs. Deputados do PSD, que sabem do que falam, tratando-se do «banco laranja».

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Exatamente!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este mito, esta lenda de Franquelim Alves, lutando contra tudo e contra todos, doa a quem doer, sempre à procura da verdade e da transparência, em busca dos culpados e das fraudes que cometeram, esbarra estrondosamente com a realidade do que foi a atuação do mesmo Franquelim Alves na administração do Grupo BPN/SLN.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito bem!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Vamos, Sr.^{as} e Srs. Deputados, ao que consta do património da primeira comissão de inquérito ao BPN sobre o papel de Franquelim Alves.

Franquelim Alves participou em três reuniões com a administração do Banco de Portugal e, pelo menos numa dessas três reuniões, com a companhia e a presença de Oliveira Costa. Nessas reuniões nem uma só palavra saiu da sua boca nem da dos restantes administradores do Grupo sobre o que se passava no BPN/SLN, o que, aliás, não é de estranhar, porque essas reuniões da administração do BPN/SLN com o Banco de Portugal serviam exatamente para ir enganando o Banco de Portugal.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Muito bem!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Franquelim Alves confirmou ter assinado, em 2008, contas de 2007, sabendo que elas estavam «marteladas» e que, inclusive, não refletiam o que já então se conhecia dos movimentos do Banco Insular.

Tudo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, em nome da prudência e da prevenção de uma crise profunda no Grupo BPN/SLN, crise que, aliás, haveria de rebentar uns meses mais tarde, como todos sabemos, porque houve quem, precisamente ao contrário de Franquelim Alves, tivesse escolhido o caminho da verdade e não o da ocultação.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Falemos agora das cartas ontem usadas pelo Ministro Álvaro Santos Pereira, numa tentativa desesperada e grotesca de reescrever a história do BPN/SLN e do papel desempenhado na sua administração por Franquelim Alves, de manipular a comissão parlamentar onde estava a ser ouvido e de enganar o Parlamento e a opinião pública portuguesa.

Em janeiro de 2008, o Banco de Portugal pede esclarecimentos sobre o Banco Insular. Não obteve qualquer resposta, como, aliás, Sr.^{as} e Srs. Deputados, sucedeu anos a fio.

Em maio de 2008, o Banco de Portugal alerta o Conselho de Administração da SLN, do qual fazia parte Franquelim Alves, para as responsabilidades individuais da omissão de respostas ou de prestação de declarações falsas.

Apesar disso, o Conselho de Administração do Grupo, ainda em maio e depois em junho, insiste na velha tática das respostas redondas que nada respondem nem esclarecem. As cartas, aliás, revelam exatamente o contrário do que pretendia o Ministro Álvaro Santos Pereira quando as usou numa tentativa de certificar o bom comportamento de Franquelim Alves. As cartas nada denunciavam, não denunciavam seja o que for! O que as cartas fazem é, mais uma vez, esconder e ocultar para o que servia o Banco Insular.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Aliás, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é significativo desta estratégia de ocultação que os administradores do Grupo, entre os quais o próprio Franquelim Alves, digam ao Banco de Portugal, na carta

que assinaram em maio, que estão a avaliar o Banco Insular porque pretendem vendê-lo, o que sabiam, Sr.^{as} e Srs. Deputados, ser absolutamente impossível de conseguir e apenas revela que estavam a tentar ganhar tempo na expectativa de conseguirem, mais uma vez, atirar o lixo para debaixo da tapete.

Sejamos claros, Sr.^{as} e Srs. Deputados: o Dr. Franquelim Alves foi convidado por um grupo de acionistas que tinham um objetivo preciso, o de esconder as fraudes verificadas no Grupo ao tempo de Oliveira Costa e mudar alguma coisa para que tudo continuasse na mesma — os seus negócios, os seus investimentos e os seus elevadíssimos lucros. Estiveram, anos a fio, calados, sem nada ver, sem nada saber, sem nada perceber e preparavam-se, Sr.^{as} e Srs. Deputados, para continuar na mesma outros tantos anos.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Exatamente!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Foi para isso que escolheram Abdool Vakil para presidir, foi por isso que contrataram Franquelim Alves.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sabiam do Banco Insular, pelo menos desde fevereiro de 2008, mas obrigados pela dimensão do buraco, pela força das evidências e pelas pressões, ainda que hesitantes, do Banco de Portugal, só o reconheceram em junho de 2008.

O País, Sr.^{as} e Srs. Deputados, está revoltado, os contribuintes pagam cêntimo a cêntimo o buraco da maior história de gangsterismo financeiro da banca portuguesa: 4000 milhões que podem chegar a 7000 milhões!

Ainda hoje soubemos que o Governo injetou mais 1000 milhões de euros nas sociedades onde foi depositada a sucata financeira que os novos donos do BPN recusaram e penduraram nas contas públicas.

Afinal, a venda, apesar de ser uma venda de favor e a preço de saldo do BPN ao BIC por 40 milhões de euros, não acabou com a «sangria» do erário público, como o Governo prometera e como o Governo utilizara como justificação para essa venda por 40 milhões de euros. Ao contrário do que diz o Governo, o problema do BPN continua por resolver.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito bem!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, termino dizendo o seguinte: diz o Ministro Álvaro Santos Pereira que o currículo de Franquelim Alves fala por si. É verdade — finalmente uma verdade! Como também é verdade que a escolha de Álvaro Santos Pereira fala por si.

Ambos devem ser demitidos: Franquelim Alves pelo currículo; Álvaro Santos Pereira pela escolha deste Secretário de Estado e pela forma como ontem tentou enganar o Parlamento e a opinião pública.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: O País não espera outra coisa, nem reclama outra coisa que não seja a demissão do Secretário de Estado e do Ministro.

É isto que esperamos e reclamamos do Primeiro-Ministro!

Aplausos do BE.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Ridículo!

A Sr.^a **Presidente**: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Duarte Pacheco, do PSD, Honório Novo, do PCP, José Luís Ferreira, de Os Verdes, e Ana Catarina Mendonça, do PS, tendo o Sr. Deputado João Semedo informado a Mesa que pretende responder individualmente.

Em primeiro lugar, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pacheco.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado João Semedo, nós não estivemos a ouvir uma declaração política do BE; estivemos a ouvir uma intervenção de pura chicana política!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — O Sr. Deputado, que tem responsabilidades até na liderança do Bloco de Esquerda, deveria ter tido maior seriedade na forma como abordou esta matéria.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Primeira questão: o Sr. Deputado não pode correr atrás de notícias de jornais e, tendo feito parte da segunda comissão de inquérito, tem a obrigação de analisar as matérias e intervir baseado em factos e não em insinuações.

A Sr.^a **Carla Rodrigues** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Se tivesse lido o relatório que foi votado por este Plenário — e pela comissão de inquérito —, teria visto que, na pág. 37, é feita uma referência de que no Orçamento rectificativo estão previstos 1100 milhões para as despesas decorrentes com o BPN, que agora são notícia. Portanto, não há novidade, não há qualquer injeção suplementar! Esta despesa estava prevista desde sempre e estava contabilizada no valor levado a déficit que este Plenário aprovou como os custos para o contribuinte, até hoje, do caso BPN.

Logo, o Sr. Deputado tem a obrigação de esclarecer os portugueses e de não cavalgar ondas jornalísticas que têm má-fé por trás!

Aplausos do PSD.

Segunda questão: o caso Franquelim Alves.

Sr. Deputado, todas as explicações já foram dadas, já sabíamos que o Sr. Dr. Franquelim Alves, hoje Secretário de Estado, desempenhava funções públicas antes de ser Secretário de Estado. A sua competência já podia ter sido avaliada antes, mas nunca os senhores colocaram a questão. Sabemos que não foi acusado em nenhum processo, que não é arguido em nenhum processo, que nada corre contra ele, só a vossa má-fé de querer fazer uma perseguição política a alguém que está a desempenhar funções de Secretário de Estado neste Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Os senhores não são moralistas, são falsos moralistas, porque têm este comportamento com alguém que não é acusado de nada e, em relação à única presidente de câmara do vosso partido, que, neste caso, é acusada, sim, o que é que os senhores fazem? Mantêm-lhe a confiança política!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por isso, Srs. Deputados, o Bloco de Esquerda pode dar muito a este País, mas não é com este tipo de afirmações nem com este tipo de intervenções. Lamentamos.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Duarte Pacheco, deixe-me que lhe diga, esperava mais de si.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Exatamente!

Vozes do PSD: — Ah!...

O Sr. **João Semedo** (BE): — Quando estamos a falar de um buraco de 4000 milhões de euros que, como sabe, pode chegar a 7000 milhões de euros e o Sr. Deputado me vem falar — falsificando, sim, e deturpando — do que se passa na Câmara de Salvaterra de Magos, é porque lhe faltam muitos argumentos para explicar o que estamos aqui a discutir!

Vozes do BE: — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Quando o Sr. Deputado quiser discutir com esta bancada a atividade dos nossos autarcas, estamos 100% disponíveis.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Exatamente|

O Sr. **João Semedo** (BE): — Mas não é disso que estamos a falar e não foi disso que falei.

O que disse, e mantenho, é que o Sr. Secretário de Estado Franquelim Alves, pela atividade e pela forma como desempenhou as suas funções, no período em que fez parte da administração do Grupo BPN/SLN, revelou não ter idoneidade para tratar dos assuntos e dos negócios do Estado, para defender o interesse público. Esta é a questão.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito bem!

O Sr. **João Semedo** (BE): — E, Sr. Deputado, não venha fantasiar, porque não há aqui nenhum julgamento na praça pública. Não! Estamos a fazer aquilo para que fomos eleitos: estamos a avaliar politicamente uma nomeação do Governo. Não venha confundir.

Como também não venha insinuar que se trata de meter tudo no mesmo saco, porque nós não confundimos as coisas. O que estamos a dizer é que Franquelim Alves tal como Abdool Vakil foram escolhidos por um grupo de acionistas para ocultar o que se passava no BPN.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Exatamente, foi isso o que fizeram!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Os senhores querem agora convencer-nos, com uma grande acrobacia argumentativa, que, pelo contrário, ele foi um herói na luta contra a fraude. Isso não é verdade. Aliás, o seu silêncio, Sr. Deputado, revela que o senhor sabe isso tão bem como eu.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado João Semedo, ainda bem que trouxe este tema, mais uma vez, a debate.

Confesso-lhe que quando, na sexta-feira passada, três horas e meia antes do Dr. Franquelim Alves tomar posse, desafiei o Primeiro-Ministro a não confirmar a nomeação do Dr. Franquelim Alves e o Presidente da República a não lhe dar posse, não tinha a perceção da barragem de informação ou de contrainformação, das manobras de diversão que o Governo ia montar em torno desta nomeação.

A primeira manobra de diversão é que o pobre do homem era extremamente competente e, portanto, tinha todo o direito a estar nas funções.

Basta ter visto a reportagem sobre o BPN do jornalista da SIC, Pedro Coelho, para observarmos a reação do Dr. Vítor Constâncio, argumentando como é que ele poderia desconfiar do Dr. Oliveira Costa, se ele era um

homem tão conhecido e tão competente. Se ele era competente por que é que entraria nestes esquemas fraudulentos? Ele não poderia desconfiar. Este foi o critério da competência, usado como primeira manobra de diversão pelo Governo.

A segunda manobra de diversão foi a do Dr. Relvas, ontem, dizendo: «Mas ele não é arguido. Vocês acusem-no! Mostrem-nos as provas!». Como se alguém desta bancada tivesse dito que ele era arguido ou acusado.

A nomeação do Dr. Franquelim Alves é uma questão de ética, de idoneidade, de idoneidade política para desempenhar um cargo. E não se trata de qualquer das outras razões, usadas como manobras de diversão pelo Governo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — A terceira manobra de diversão do Governo foi o desempenho do Ministro Álvaro Santos Pereira, ontem, na Comissão de Economia — verdadeiramente patético! —, dizendo que tinha sido o Dr. Franquelim Alves que tomou a iniciativa de denunciar a fraude no BPN. Isto é absolutamente inaceitável! E devia fazer corar de vergonha os Deputados do CDS e do PSD que estiveram nas comissões de inquérito ao BPN!

A Sr.^a **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr.^a Presidente, vou terminar com uma pergunta ao Deputado João Semedo.

Hoje, ficou também a saber-se, pelas notícias que saíram nos jornais, que o Dr. Franquelim Alves não só esteve ligado ao BPN como, pelos vistos, entrou como auditor e consultor para a consultora Ernst & Young com 16 anos, isto é, seguramente sem formação e vários anos antes de esta empresa se constituir como tal, em Portugal.

Risos do PCP.

É verdadeiramente obra! É de grande competência do Dr. Franquelim Alves!

Ora, gostava de saber se o Sr. Deputado tem notícia de o Dr. Franquelim Alves já ter corrigido, pela segunda vez, o seu currículo que consta do *site* do Governo.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Honório Novo, na última semana, todas as reações e posições do Governo relativamente a este «*dossier* Franquelim Alves» são uma sucessão de trapalhadas. Ainda vamos chegar ao ponto de saber, ao corrigir, mais uma vez, este currículo, que, afinal, não foi aos 16 anos que foi consultor mas, sim, aos 6 anos!...

Risos do BE.

Tudo o Governo vai fazer para abrilhantar a figura do Dr. Franquelim Alves!

Mas o problema em que o Bloco de Esquerda quer centrar a atenção do Parlamento não é nas competências profissionais ou no currículo profissional do Dr. Franquelim Alves, é, sim, na estratégia de ocultação em que o Dr. Franquelim Alves teve parte ativa, enquanto administrador do Grupo BPN/SLN. Isso está demonstrado, é claro, é objetivo e nunca ninguém contestou. E só se contesta agora, porque é necessário apagar essa nódoa. É que, se a nódoa não for apagada, também julgo que ninguém de bom senso dirá que isso não contraria, não contradiz aquilo que deve ser o passado, o perfil, o estatuto de um Secretário de Estado, que tem a responsabilidade de conduzir os negócios públicos, que tem de defender o interesse

público. Esse momento da carreira de Franquelim Alves não aconselha — pelo contrário, desaconselha — a sua nomeação para qualquer responsabilidade pública, sobretudo, para a alta responsabilidade que é ser Secretário de Estado de um Governo. Ora, é isso que contestamos.

E estranhamos que, estando todo o País revoltado com isto, as bancadas do PSD e do CDS não se revoltem. E só temos para isso uma explicação: os senhores habituaram-se a branquear o BPN. É que, até hoje, nunca ouvi ninguém que tivesse levantado a voz para certas situações que, sendo da vida privada, são reveladoras dessa limpeza política que está em curso relativamente ao BPN. Refiro-me concretamente — e não tenho medo de dizer o que penso — às férias que o Dr. Miguel Relvas passou com o Dr. Dias Loureiro. Silenciando isso, silencia-se tudo o resto!

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado João Semedo, Os Verdes também estranham a escolha do Sr. Primeiro-Ministro para a pasta da Inovação, porque esta escolha veio fragilizar, ainda mais, a imagem do Governo, veio adensar, ainda mais, o clima de desconfiança nas relações do Governo com o poder económico. Creio que até é caso para dizer que estamos a falar de relações perigosas.

Relações perigosas não só pelo facto de o novo Secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação ter sido administrador da Sociedade Lusa de Negócios (isto é, a sociedade que provocou a maior fraude no nosso País, fraude essa que os portugueses tiveram de suportar, e estão a suportar, com os seus impostos) mas também por se tratar de uma pessoa com provas dadas em matéria de empreendedorismo e, sobretudo, em matéria de inovação, pois o BPN deve ter sido uma escola em matéria tanto de empreendedorismo como de inovação.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Foi só inovar, foi só empreendedorismo!...

Para além da passagem por esta escola que foi o BPN, o Franquelim Alves também trabalhou no Grupo Jerónimo Martins — e com grandes responsabilidades nesse Grupo. Até aqui, tudo bem, não há qualquer problema.

Sucede que o novo Secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação vai ter assento na PARCA (Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar), que é a Plataforma criada pelo Governo para melhorar as relações entre os vários intervenientes na cadeia alimentar, onde se envolvem produtores, indústria e distribuição. Ora, a Jerónimo Martins é precisamente, como se sabe, um dos maiores grupos da grande distribuição. E a Jerónimo Martins não está nada interessada que a PARCA venha a participar num processo de regulamentação das grandes cadeias de distribuição agroalimentar.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Bem lembrado!

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Assim sendo, parece que há motivos para recluir eventuais cedências à Jerónimo Martins na regulação das relações na cadeia agroalimentar ou, no mínimo, há motivos para recluir que o trabalho da PARCA saia fragilizado.

Sr. Deputado João Semedo, há, contudo, nesta nomeação um pormenor que Os Verdes não entendem e que, creio, escapou à maioria dos portugueses. É que o Sr. Ministro da Economia diz que Franquelim Alves ajudou a desvendar a grande fraude do BPN, ainda que a sua assinatura não constasse da carta de 2 de junho de 2008. Ora, tendo sido um herói, nas palavras do Sr. Ministro da Economia, não lhe parece estranho que a passagem de Franquelim Alves pelo Grupo BPN/SLN não constasse do currículo inicialmente divulgado pelo Governo e que isso só tenha sido inserido no portal do Governo quando estalou a polémica? Isto não é estranho? Então, é omitido o facto de este homem ter praticado a façanha de desvendar a maior fraude de todos os tempos, em Portugal? Este facto é omitido?! Este facto tem de ser valorizado!...

Isto é muita incompetência. O Governo esqueceu-se de referir esse facto. Sr. Deputado, achamos estranho e gostaríamos que se pronunciasse sobre isto.

Aplausos da Deputada de Os verdes Heloísa Apolónia e do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado João Semedo, tem a palavra para responder.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado José Luís Ferreira, como referi há pouco, nos últimos dias houve uma série de trapalhadas. E essa ocultação de uma parte importante — tão importante que tem mobilizado a atenção política do País, nos últimos dias — do currículo, essa ocultação da passagem de Franquelim Alves pelo Grupo BPN/SLN, temos de admitir que não foi seguramente inocente, não pode ter sido inocente, pois certamente não escaparia aos olhos atentos de quem, no Conselho de Ministros, faz as biografias dos candidatos a ministros e secretários de Estado.

Mas quero centrar-me no que é importante e de que o Sr. Deputado também falou. É tão grave, do nosso ponto de vista, que tenha sido nomeado para Secretário de Estado um cidadão que teve aquele tipo de atuação no Grupo BPN/SLN, de ocultação da realidade, de ocultação da fraude, como é gravíssimo o que, ontem, o Ministro Álvaro Santos Pereira tentou fazer na Comissão, tirando da cartola duas cartas e tentando com essas cartas (aliás, nem sequer referidas, nem exibidas, nem mostradas, completamente) ludibriar a opinião pública, os Deputados presentes e o Parlamento.

Um Ministro que faz isto, que recorre a este truque e a estes expedientes é um Ministro que, além de escolher mal os secretários de Estado — já vai no quarto que «deita fora»! Enquanto não se «deita fora» o ministro, vão-se «deitando fora» os secretários de Estado —, julga que, como Ministro, lhe é permitido tentar enganar os Deputados, tentar enganar uma comissão parlamentar, tentar ludibriar e manipular o Parlamento e a opinião pública.

Isto é grave! E é esta a razão pela qual pedimos a demissão não só do Secretário de Estado mas também do Ministro, que publicamente invoca a sua responsabilidade nessa escolha e nessa nomeação.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado João Semedo, o Partido Socialista acompanha o pedido de explicações públicas de muitos que têm vindo a fazê-lo ao Sr. Primeiro-Ministro e ao Sr. Ministro da Economia. Exige essa explicação porque tudo o que tem vindo a público, nos últimos dois dias, não são explicações suficientes. E quando uma explicação não é suficiente e não convence, não pode deixar de descredibilizar aquele que avança com essa mesma explicação.

Para o Partido Socialista, esta é uma nomeação imprudente, provocatória da opinião pública e dos portugueses e, atrever-me-ia mesmo a dizer, escandalosa.

É escandalosa na estrita medida em que, como ontem alguém lembrava, não sendo Franquelim Alves arguido ou alvo de qualquer investigação e tendo direito ao seu bom nome, não é menos verdade que o que está em causa é a avaliação do seu comportamento enquanto membro do BPN, por ter tido conhecimento de irregularidades gravíssimas e não ter cumprido com zelo aquilo que lhe competia, que era denunciá-las.

Aplausos do PS.

Por isso mesmo, para o Partido Socialista, talvez Franquelim Alves não tenha ficado diminuído civicamente, mas um Executivo que o escolhe como governante não pode deixar de ficar diminuído politicamente e tem de explicar ao País a razão de ser desta nomeação.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça, julgo que deixei bastante claro aquilo que o Bloco de Esquerda considera condenável politicamente neste processo.

Não avaliamos os méritos profissionais do Dr. Franquelim Alves — aliás, nem do Dr. Franquelim Alves, nem de qualquer outro cidadão que desempenhe seja que função for. O problema não é esse. O problema não é o cidadão Franquelim Alves; o problema é o administrador Franquelim Alves que, enquanto administrador do Grupo BPN/SLN, podia ter dado um contributo para o esclarecimento da verdade, para o combate à fraude, mas, na realidade, teve um comportamento diferente, uma estratégia de ocultação.

Em segundo lugar, do nosso ponto de vista, é condenável politicamente que um Ministro, um Governo, conhecendo esta passagem do currículo do cidadão Franquelim Alves, julgue que essa passagem não é suficientemente grave para impedir a sua escolha como Secretário de Estado.

A estas duas coisas, politicamente condenáveis, acrescentamos uma terceira, que já referi, e reafirmo: é inaceitável o que, ontem, Álvaro Santos Pereira tentou fazer aqui, na Assembleia da República. O Ministro tentou enganar, ludibriar a Assembleia da República, ao tirar da cartola duas cartas, que, se calhar, nem conhecia (alguém lhas deve ter dado, alguns minutos antes).

Já agora, Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça, deixe-me aproveitar a resposta à sua pergunta para dar a conhecer ao Parlamento o ponto de vista do CDS-PP. Naturalmente, não me substituo à bancada do CDS-PP, que tem os seus Deputados, a sua liderança, mas gostaria de informar os Srs. Deputados de todas as bancadas das declarações do Sr. Deputado Manuel Isaac, que dizia hoje a um órgão de informação local o seguinte: «O Governo está ‘de pedra e cal’ mas episódios como o de Franquelim Alves podiam ser evitados».

Está tudo dito sobre o que o CDS pensa e cala acerca desta nomeação e está também explicado o silêncio do CDS.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Terminado o primeiro ponto da ordem do dia de hoje preenchido com declarações políticas, vamos dar início ao segundo ponto, que consiste no debate do projeto de resolução n.º 540/XII (2.^a) — Recomenda que o Governo português disponibilize todos os meios técnicos que permitam produzir a informação necessária para argumentar, junto do Comité Fitossanitário da Comissão Europeia, a revisão da listagem de espécies hospedeiras de nemátodo da madeira do pinheiro (CDS-PP e PSD).

O tempo de intervenção para cada orador é de 3 minutos e o CDS-PP e o PSD, como autores da iniciativa, dispõem de mais 1 minuto.

Estão já inscritos os Srs. Deputados Abel Baptista, do CDS-PP, e Maurício Marques, do PSD.

Para apresentar o projeto de resolução n.º 540/XII (2.^a), tem a palavra o Sr. Deputado Abel Baptista.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este projeto de resolução surge no seguimento de vários contatos com algumas associações do setor, estando cientificamente demonstrado que o *pinus pinea*, popularmente conhecido como pinheiro manso, não é uma das espécies hospedeiras do nemátodo da madeira do pinheiro. No entanto, de acordo com o Decreto-Lei n.º 95/2011, esta é uma das espécies interditas para exportação e circulação de madeira. Portanto, há que tomar todas as medidas no sentido de conseguir, junto da União Europeia, retirar esta espécie de pinheiro da lista que está interdita à exportação sem ser feito o respetivo tratamento, nomeadamente a fumigação.

Há um interesse económico para os agentes desta área em algumas regiões do País, em particular a do Algarve, onde esta espécie é fundamental em termos de arborização em muitas áreas florestais.

Por isso, não sendo esta uma das espécies que põe em causa a hospedagem deste verme, necessariamente há que produzir todos os estudos e fazer todos os contatos junto da União Europeia no sentido de concretizar o que já referi.

Sabemos que, no Comité Fitossanitário Permanente da União Europeia, que vai reunir em março, esta questão irá ser abordada.

Sabemos que o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT) tem feito um trabalho preparatório, que já informou as entidades comunitárias da sua intenção e já juntou

estudos relativamente a esta matéria para provar que esta espécie não é hospedeira. Estamos convencidos de que isto acontecerá já em março.

Este projeto de resolução reforça não só o trabalho que o Governo já está a fazer, mas tem como objetivo, em termos políticos, dar o aval desta Câmara no sentido de fundamentar o trabalho que está a ser feito junto da União Europeia.

Aplausos do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para apresentar o mesmo projeto de resolução, pelo PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Maurício Marques.

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Plenário da Assembleia da República discute hoje um projeto de resolução dos Grupos Parlamentares do CDS-PP e do PSD, que recomenda ao Governo português que disponibilize todos os meios técnicos que permitam produzir informação necessária para argumentar, junto do Comité Fitossanitário da Comissão Europeia, a revisão da listagem de espécies hospedeiras do nemátodo da madeira do pinheiro.

Discutimos um problema que não é novo, mas que é de enorme importância para a floresta portuguesa, para a nossa biodiversidade e para as nossas exportações

O nemátodo da madeira do pinheiro foi referido, pela primeira vez, nos Estados Unidos, em 1934, com a designação de nemátodo da madeira.

Em Portugal, foi após a realização da Expo 98, provavelmente na sequência do grande volume de madeira oriundo de todo o mundo, que o fenómeno teve um maior impacto, nomeadamente na península de Setúbal.

O nemátodo da madeira do pinheiro foi encontrado em grande número em maio de 1999, perto de Pegões, por uma equipa da Universidade de Évora. Nessa altura, foram encontrados mais de 1400 insetos-vetores de 21 espécies e 6 famílias.

Após cuidada análise individual, apenas foi encontrado o nemátodo da madeira do pinheiro associado ao longicórneo do pinheiro.

Em junho de 1999, foi formalizada, junto da Comissão Europeia, a presença de nemátodo da madeira do pinheiro em Portugal.

Foi, então, efetuada uma prospeção das áreas consideradas de maior risco, tendo sido implementado um sistema de rastreio da madeira em parques e unidades industriais, para além da análise periódica da madeira utilizada na indústria portuguesa.

Em novembro de 1999, foi adotado o Programa Nacional de Luta Contra o Nemátodo da Madeira do Pinheiro (PROLUNP).

Em 2008, com a deteção de novos focos da doença no centro do País foram declaradas novas zonas afetadas e de restrição. Nesse mesmo ano, tendo em conta a propagação da doença, todo o território nacional foi declarado como zona afetada e zona de restrição.

Devemos, no entanto, reconhecer que, de 2008 a 2011, não fomos eficazes no combate à propagação da doença ou, melhor dizendo, pouco se fez para combater este flagelo.

Em agosto de 2011, o MAMAOT fez publicar o Decreto-Lei n.º 95/2011, no seguimento das diretivas comunitárias, que impôs a todos os Estados-membros a adoção temporária de medidas suplementares contra a propagação do nemátodo. Este diploma legal aborda questões relacionadas com restrições à circulação, comercialização, expedição e exportação de material de embalagem de madeira e madeira de coníferas.

Como as coníferas hospedeiras do nemátodo são todas as espécies *pinus*, esta classificação está a inviabilizar a exportação e a circulação de madeira e derivados provenientes do *pinus pinea* (pinheiro manso), quando todos os estudos provam que, em Portugal, apenas o pinheiro bravo é afetado pelo nemátodo.

Tendo em consideração os conhecimentos técnicos e científicos reconhecidos internacionalmente, recomendamos que o Governo português disponibilize todos os meios técnicos que permitam produzir informação necessária para argumentar, junto do Comité Fitossanitário da Comissão Europeia, a revisão da listagem de espécies hospedeiras do nemátodo do pinheiro.

Aplausos do PSD.

Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Caeiro.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem, agora, a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Ramos.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: As espécies afetadas pelo nemátodo do pinheiro e, por isso, submetidas a exigências fitossanitárias estão limitadas na sua gestão e comercialização. A extensão da floresta de pinho bravo em Portugal e as restrições a que esta espécie está submetida têm já bastantes implicações no setor florestal e, por isso, faz todo o sentido que todas as espécies que não são hospedeiras de nemátodo possam ser retiradas da listagem que as submete desnecessariamente a limitações.

Assim, o PCP acompanha esta resolução no sentido de que a legislação comunitária possa levantar as exigências fitossanitárias a espécies que não contraem a doença, no caso do pinheiro manso.

Se o PCP acompanha esta proposta da maioria, o mesmo não se pode dizer da política do Ministério da Agricultura para a sanidade vegetal. É claro o desinvestimento do Governo em matéria de sanidade vegetal e animal, que o PCP tem denunciado e contestado. Esta falta de atenção a este setor poderá ter implicações económicas para o País, nomeadamente por causa das limitações à exportação de produtos portugueses.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **João Ramos** (PCP): — As situações fitossanitárias merecem-nos a maior preocupação e, nalguns casos, estão completamente descontroladas: a flavescência dourada da vinha tem vindo a expandir-se, tendo já chegado ao Douro; os pomares de kiwis estão a ser atacados por pseudomonas; o fogo bacteriano está a destruir pomares de pereiras e macieiras; o próprio pinheiro manso está afetado quer com o cancro resinoso do pinheiro manso quer, principalmente, pela praga do inseto *Leptoglossus occidentalis*, que, em 2011, atacou as principais áreas de pinhal do País.

Paralelamente ao crescimento destes problemas e talvez em relação estreita com ele, os laboratórios de Estado atravessam graves dificuldades devido ao subfinanciamento.

Perante estas dificuldades, o Governo parece não ter uma estratégia ou, pelo menos, é isso que denuncia a recusa da Sr.^a Ministra em divulgar as verbas disponíveis para a sanidade vegetal. Ainda esta semana, numa audição nesta Assembleia e, apesar da insistência do PCP, a Sr.^a Ministra não o fez.

Por outro lado, o Governo continua sem aproveitar os dinheiros disponibilizados pela União Europeia para o tratamento da madeira de pinho infetada pelo nemátodo, para não gastar as contrapartidas nacionais. A obsessão do défice, seguida pelo Governo e ordenada pela troica, a isto obriga.

Porém, o nemátodo tem em Portugal um grande aliado. A própria Ministra já se pronunciou a favor da florestação das terras de regadio, admitindo que essa arborização se faça com eucalipto. Quando o País precisa dessas terras para produções agroalimentares estratégicas, como os cereais, o leite e a carne, avançar com essa possibilidade, fazendo o frete aos grupos monopolistas do papel — Portucel e Altri —, é mais um crime que se comete contra os interesses do País. Isto acontece quando, pela primeira vez, a área de eucalipto em Portugal ultrapassou a de pinheiro bravo.

Esta recomendação ao Governo pode ter todo o interesse, mas, se esbarrar na falta de estratégia para a sanidade vegetal, na subserviência a Bruxelas, que impede o Governo de defender os interesses de Portugal, ou na sobreposição do interesse dos produtores de pasta de papel ao interesse geral, de pouco valerá ao País e à economia nacional.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Isabel Santos.

A Sr.^a **Isabel Santos** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados: Ouvimos o Sr. Deputado Abel Baptista falar da importância económica desta proposta de resolução e ouvimos o Sr. Deputado Maurício Marques fazer uma resenha extensíssima sobre a história do combate ao nemátodo em Portugal.

Quero começar por dizer que o Partido Socialista acolhe esta proposta, como acolherá toda e qualquer proposta apresentada no sentido de promover a competitividade deste setor em Portugal e de promover uma maior informação e conhecimento para o combate a esta problemática.

Contudo, entendemos que a centralidade do debate deve, neste momento, ser outra.

Decorrido todo este tempo, mais de um ano e meio da posse do Governo, ainda não foi explicitado pela Sr.^a Ministra qual a estratégia de combate ao nemátodo defendida por este Governo.

Por outro lado, há protocolos estabelecidos com as organizações de produtores florestais que foram prolongados durante um ano, tendo terminado em maio do ano passado, portanto, sofreram uma prorrogação de um ano, mas até este momento não se vislumbra que futuro terão esses protocolos, quando todos reconhecemos consensualmente que são fundamentais nesta estratégia de combate ao nemátodo. E não só não sabemos qual o futuro desses protocolos, como há associações de produtores florestais que, neste momento, estão paradas quanto à prospeção e ao abate das árvores contaminadas por não estarem a receber a comparticipação do Estado. Muitas delas estão a suportar esses gastos sozinhas, com os seus fundos limitados, tendo sido determinado que essa estratégia seria prosseguida em conjunto com o Governo, com o Estado.

Ora, o Governo não está a cumprir estes protocolos, como não está a cumprir os protocolos numa área fundamental, a da investigação, porque é aí que reside a base fundamental deste combate. Urge não só restringir a progressão desta doença, mas também encontrar uma solução definitiva para a sua erradicação.

Sabemos bem que há núcleos de investigação que ainda não receberam a comparticipação do Estado de 2011 e de 2012. Se não fossem as universidades a suportar o trabalho que está a ser feito, estes investigadores já teriam parado o seu trabalho. Este é, de facto, o combate que interessa fazer.

Esta é uma matéria absolutamente consensual entre todos. Claro que todos encaramos esta questão de interesse nacional e todos estamos aqui empenhados em encontrar uma estratégia para solucionar este problema. O que não podemos é permanecer sem um debate sério e alargado com as organizações de produtores florestais sobre o futuro da estratégia nacional e sem cumprir aquilo que está contratualizado entre o Estado e as organizações da sociedade civil, os operadores do setor que estão a intervir do terreno.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este problema é gravíssimo no nosso País pela mancha florestal que tem, mas também pelos impactos socioeconómicos que lhes estão inerentes.

É necessário — e nós acompanhamos a ideia do projeto de resolução — separar o pinheiro manso do problema que existe no pinheiro bravo e é necessário dar mais informação.

Acompanhamos a ideia genérica que está no projeto de resolução. Achamos que é um espaço que podemos ter de ação do Estado que ajude a potenciar a ação económica e com isso a defesa do desenvolvimento regional, a proteção do emprego e até a defesa das exportações do nosso País. Mas não podemos esquecer que este problema do nemátodo do pinheiro não pode ser resolvido pela desistência e nós encaramos, de certa forma, essa desistência nas palavras e nas ações da Sr.^a Ministra do Ambiente pela sua ideia de florestação do País através do modelo da proliferação do eucalipto.

O Sr. **Pedro Lynce** (PSD): — Isso não é verdade!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Ora, não se resolvem os problemas fugindo deles. E não se resolvem os problemas do nemátodo do pinheiro escolhendo uma florestação com base no eucalipto, que tem efeitos nefastos para o ambiente — e já são por demais conhecidas as posições nacionais contrárias a esta visão do Ministério da Agricultura.

É certo que não é isso que estamos a discutir hoje, mas não deixamos de ter estas preocupações quando debatemos este problema.

Agora, há um ponto essencial que devemos colocar em cima da mesa quando debatemos a problemática do nemátodo do pinheiro: é que só se resolve este problema — e aqui o Estado tem um papel essencial — com um enorme esforço na investigação. Quando nos perguntam muitas vezes qual é o bom investimento público que pode existir no nosso País, acreditamos que o investimento público na investigação deste problema e nas soluções para ele é um investimento que poderá ter bons resultados para o País, para a sua economia e para as suas gentes. Ora, é isto que o Governo também não tem feito e que poderia fazer.

É bom este projeto de resolução, é bom que o Governo vá por diante com ele, mas será essencial que o Governo também tenha um papel de fomento à investigação, de investimento público nesta matéria para resolvermos aquilo que, de uma vez por todas, pode ser resolvido mas que está ainda a um passo de gigante para que possa ter uma solução, que é a problemática do nemátodo do pinheiro.

Há um problema regional, há um problema social, há um problema ambiental que está na mão de todos termos a coragem de o resolver e não de desistirmos do pinheiro para cairmos na mão dos eucaliptos, como parece estar na base da vontade do Ministério da Agricultura.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Abel Baptista.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Queria referir, no final este debate, que registo com agrado o facto de haver um largo consenso nesta Câmara a esta iniciativa.

Relativamente a uma questão aqui levantada pela Sr.^a Deputada Isabel Santos, do PS, a quem saúdo, sobre o que está a passar-se no terreno, queria expressar que, primeiro, convém dizê-lo, nenhum dos protocolos existentes, seja com associações de produtores seja com associações dos industriais, foi denunciado nem por parte do Governo nem por parte das organizações. Estes protocolos estão no terreno a serem cumpridos, a serem aplicados, a serem usados.

Sobre alguns problemas que diz que tem havido com pagamentos, é verdade. Sabe bem porquê.

A Sr.^a **Isabel Santos** (PS): — Mas é preciso pagar!

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — A Sr.^a Deputada sabe bem que os pagamentos vêm do Fundo Florestal Permanente e que o Partido Socialista, nos Governos anteriores, comprometeu-se com o dobro daquelas que são as verbas do próprio Fundo Florestal Permanente. Portanto, há necessidade de encontrar formas de pagamento, porque de outra maneira não haveria possibilidade de pagar.

A Sr.^a **Isabel Santos** (PS): — Não tem nada a ver com isso!

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Agora, Sr.^a Deputada, há uma coisa que este Governo sempre fez: ao contrário do que os socialistas muitas vezes fazem, nós mantivemos o que de bom estava a ser feito pelo Governo anterior e continuamos a fazê-lo — e até reforçámos.

A Sr.^a **Isabel Santos** (PS): — E os mais de 7 milhões de euros!

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — O reforço para o Programa Nacional de Luta Contra o Nemátodo da Madeira do Pinheiro não foi alterado, manteve-se, bem como se manteve o apoio técnico junto de todas as associações que estão no terreno a fazer este combate.

O problema não está em querermos fazer diferente mas em querermos maximizar os meios técnicos e humanos que temos ao nosso dispor para podermos erradicar este problema que, como sabe, não será fácil ou até, como dizem muitos técnicos, é uma questão com a qual temos de nos habituar a viver, teremos é de criar condições para que esta convivência possa ser pacífica e, pelo menos, sustentável em termos económicos para os agentes.

Como sabe, a grande evolução do nemátodo a nível nacional foi provocada por falta de apoio — aliás, convém que lhe lembre, já que trouxe isto à colação —, uma vez que, no período entre 2005 e 2007, praticamente nada foi feito relativamente a esta matéria.

A Sr.^a **Isabel Santos** (PS): — Isso não é verdade!

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — O nemátodo do pinheiro espalhou-se muito por culpa da reorganização mal feita por parte do Partido Socialista quando acabou com os guardas florestais e os integrou na GNR sem preparar a GNR para esta integração, deixando de haver fiscalização na floresta, como a Sr.^a Deputada sabe.

Aplausos do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Maurício Marques, que dispõe de 2 segundos.

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): — Sr.^a Presidente e Srs. Deputados: Quero apenas congratular-me com o consenso gerado à volta deste projeto de resolução e dizer que o eucalipto não é nem nunca foi uma espécie privilegiada por este Governo.

O que acontece é que o crescimento da espécie do eucalipto tem a ver apenas com a rentabilidade desta espécie, por isso é privilegiada por alguns proprietários, e também dada a existência do próprio nemátodo que levou ao corte raso do pinheiro e alguns proprietários optaram por uma espécie que ainda é, infelizmente, das mais rentáveis.

Queria ainda dizer o seguinte: não basta apenas fazer protocolos para dizer que está tudo bem e que está tudo feito. Isto porque temos conhecimento de que muitos protocolos, no passado, não foram devidamente fiscalizados, ou seja, o seu cumprimento, a sua execução plena não foi materializada. Todos nós, que passamos por estradas nacionais, verificamos, como já tive oportunidade de dizer, árvores que estavam completamente identificadas e que, provavelmente, o Estado estaria a pagar para o seu abate e para a sua remoção, mas que não foi feito.

O Sr. **Pedro Lynce** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): — Por último, deixe-me dizer que de protocolos está este Governo farto, porquanto, no passado, existiram muitos protocolos que não estavam cabimentados, que não estavam pagos e que este Governo teve de pagar antes de mais.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Srs. Deputados, como a Mesa não regista mais inscrições sobre o projeto de resolução n.º 540/XII (2.^a), passamos, de imediato, à discussão, na generalidade, do projeto de lei n.º 321/XII (2.^a) — Altera a Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Aprova a revisão do Código do Trabalho), de modo a corrigir o pressuposto de assistência a filhos menores com deficiência (Os Verdes).

Para fazer a apresentação deste diploma, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Os Verdes apresentam hoje à Assembleia da República um projeto de lei que se relaciona com a assistência a filhos portadores de deficiência.

O certo é que vamos consultar a legislação que regula esta matéria e verificamos que há um regime especial — e, obviamente, não poderia ser de outra forma — para os progenitores trabalhadores que têm filhos com deficiência e que, portanto, precisam de dar-lhes uma assistência que, eventualmente, com outros filhos não teriam de dar, ou seja, será sempre muito mais intensa porque requer maior presença física nessa assistência e nessa ajuda, digamos assim, ao próprio crescimento.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Muito bem!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Ora, o que acontece é que chegamos ao artigo específico sobre esta matéria e verificamos que ele limita o regime de assistência a filhos portadores de deficiência até esses

filhos perfazerem um ano de idade. Ou seja, a partir desse momento, a partir do momento em que os filhos fazem um ano de idade, os progenitores já não têm direito a uma redução do seu horário normal de trabalho em cinco horas semanais.

Ora bem, isto não é de todo justo, isto é extraordinariamente injusto e por isso aquilo que Os Verdes procuram é alterar a redação deste artigo eliminando, pura e simplesmente, a expressão «idade não superior a um ano», fazendo com que estes pais possam beneficiar da redução do horário para assistência aos seus filhos deficientes enquanto os filhos, pelo menos, forem menores.

O atual preceito não faz sentido absolutamente nenhum, porque a criança deficiente, depois de um ano de idade, não passa a ter uma autonomia que não tenha tido até um ano de idade, porque as coisas não são assim. Há, de resto, crianças que, à medida que o tempo vai avançando e fruto da sua deficiência, vão tendo ainda maiores debilidades e maiores dificuldades. Há até crianças cuja deficiência só é detetada a partir de um ano de idade. Portanto, os pais não poderão nunca beneficiar deste regime. Ou seja, isto não faz sentido absolutamente nenhum.

Assim, temos de encarar a realidade como realidade, as dificuldades como dificuldades, perceber quando é que elas se mantêm e quando é que elas são, de facto, verdade e retratar isso na lei.

De resto, o que Os Verdes pedem é que se adeque o artigo à sua epígrafe, que diz, pura e simplesmente, «Redução do tempo de trabalho para assistência a filho menor com deficiência». É só isto que propomos à Assembleia da República.

Julgo que é importante ainda a referir que a Associação Portuguesa de Deficientes, consciente, obviamente, da dificuldade desta matéria, afirma perentoriamente e dá conhecimento à Assembleia da República que subscreve a proposta que o Grupo Parlamentar de Os Verdes aqui apresenta.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Raúl de Almeida.

O Sr. **Raúl de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados: Por uma questão de carácter, acima de tudo, por uma questão de verdade e por uma questão de justiça desta causa, queria dizer à Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia aqui em público o que lhe disse pessoalmente, a saber, que concordo, em absoluto, com os pressupostos do projeto de lei que o Partido Ecologista «Os Verdes» aqui hoje traz.

Queria dizer, perante todos, que nos parece de elementar justiça — que fique bem claro! — que Os Verdes tenham trazido este importante tema para o centro do debate político neste Parlamento. Sempre que possível, estas matérias devem ser geradoras de consensos e transversais aos diferentes espectros ideológicos desta Assembleia da República.

Se, tradicionalmente, tínhamos, por exemplo, a defesa e os negócios estrangeiros como matérias de Estado transversais às diversas forças políticas, é tempo de termos também as matérias do desenvolvimento humano de forma igualmente transversal a todas as forças políticas.

No CDS, hoje como sempre, tomamos a opção preferencial pelos mais frágeis e é nessa opção preferencial, é nessa defesa que hoje aqui damos o apoio à substância do vosso projeto de lei.

Conceder esta prerrogativa a estas famílias, a estes pais, não nos parece nem é nenhuma benesse; é o reconhecimento de um direito elementar.

Acreditamos, por isso, que haverá uma alargada e natural compreensão sobre esta matéria; acreditamos que trabalhadores, empregadores e demais parceiros sociais são, como todos nós nesta Casa, sensíveis a esta matéria; acreditamos que, pela sua natureza, importância e justiça, esta matéria deverá, como a restante legislação laboral, ser discutida e emanar de um amplo consenso na concertação social. Tem dignidade a mais para, nesse contexto, fugir à lógica de toda a legislação laboral e ser apenas fruto de uma decisão unilateral deste Parlamento.

Por este motivo, nós, CDS-PP, daremos entrada de um projeto de resolução recomendando ao Governo a discussão desta matéria em sede de concertação social com carácter de urgência.

Acreditamos no empenho de todos na construção de uma sociedade mais justa, não duvidamos do reconhecimento dos direitos dos pais por parte de todos os parceiros sociais.

Aplausos do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Queríamos, em primeira instância, começar por saudar o Partido Ecologista Os Verdes pelo projeto de lei aqui apresentado. É uma alteração simples ao Código do Trabalho, mas é uma alteração muito justa e, nessa medida, não queríamos deixar de saudar Os Verdes pela iniciativa legislativa.

Os Verdes, com este projeto de lei, alertam para um problema, para uma realidade, que é evidente para todos, isto é, um filho com deficiência precisa de uma assistência muito mais intensa por parte dos seus pais e, naturalmente, que importa corrigir o erro que está consagrado no Código do Trabalho. Este Código prevê uma redução de apenas cinco horas de trabalho semanais ao horário normal de trabalho até o menor ter um ano de idade.

Ora, isto é um erro, é um disparate completo por parte do legislador, por parte da legislação laboral. Estes problemas de assistência aos filhos menores com deficiência não se esgotam quando a criança perfaz um ano de idade, muitas vezes, como aqui foi referido, estes problemas e as necessidades agravam-se com o evoluir da própria idade e, nessa medida, concordamos com a iniciativa. Aliás, o PCP quando da discussão do Código do Trabalho, em 2009, código apresentado pelo Partido Socialista, alertou para este problema, questionámos e apresentámos, inclusivamente, uma proposta muito idêntica àquela que é hoje discutida de Os Verdes. Ora, essa nossa proposta de lei esbarrou na insensibilidade quer do PS, quer do PSD, quer do CDS-PP.

Nessa medida, nós consideramos que é inaceitável o comportamento e o argumento aqui aduzido pelo CDS-PP. Nós temos total liberdade para alterar o Código do Trabalho, não precisamos de um acordo de concertação social para o fazer. Houve muitas alterações ao Código do Trabalho produzidas nesta Assembleia da República que não foram precedidas de qualquer acordo de concertação social e, portanto, isto é desculpa de mau pagador.

O CDS-PP, o PSD e o PS falam muito dos direitos das pessoas com deficiência, mas, quando chega à altura de consagrar direitos, que é o que faz diferença na vida das pessoas, revelam a sua verdadeira natureza de classe ao agravar as condições de vida das pessoas.

Concordamos com o projeto de lei de Os Verdes que vem alterar o artigo 54.º do Código do Trabalho retirando a referência estúpida do limite de idade até um ano para a redução do horário de trabalho e alargando a proteção até à maioridade do filho com deficiência.

Vozes do PSD: — Estúpida?!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sim, Srs. Deputados, é uma referência estúpida porque é injusta; é estúpida porque não tem qualquer sentido. Ou uma criança com deficiência quando atinge a idade de um ano e um dia deixa de ter necessidade de assistência dos seus pais? É isso? Repito, é uma estupidez pegada, desculpem a expressão, porque, efetivamente, aquelas crianças precisam da assistência dos seus pais e não tem qualquer cabimento este limite de idade.

Portanto, consideramos que é justo e necessário alterar o Código do Trabalho neste sentido. Consideramos mesmo que esta alteração à lei pode fazer uma diferença muito, muito grande para os pais mas, essencialmente, para os filhos com deficiência, que precisam efetivamente deste complemento de apoio junto das suas vidas, pelo que concordamos com a iniciativa legislativa de Os Verdes.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Pedrosa.

O Sr. **João Paulo Pedrosa** (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: O projeto de lei n.º 321/XII (2.^a), de Os Verdes, propõe a alteração do Código do Trabalho a fim de aumentar a assistência a filhos menores com deficiência.

É bom lembrar que a revisão do Código do Trabalho, em 2009, que estabeleceu o regime que existe, de cinco horas de trabalho a menos para os pais de crianças com deficiência, foi um regime consagrado pelo Partido Socialista.

Sr. Deputado Jorge Machado, quero lembrá-lo, pois a sua memória é muito curta, que a «insensibilidade» do PS permitiu consagrar não só este regime mas ainda a assistência familiar de seis meses a quatro anos, seja qual for a idade da criança com deficiência; trabalho a tempo parcial; horários flexíveis; mais um mês de majoração paga no domínio da parentalidade; três faltas para acompanhamento de ecografias; e dispensa dos avós ao trabalho para poderem acompanhar as crianças com deficiência. É desta «insensibilidade» social que V. Ex.^a acusa o Partido Socialista.

Protestos do PCP.

Portanto, o regime que temos consagrado no Código do Trabalho é equilibrado e procura valorizar e favorecer os pais destas crianças.

O Partido Socialista tem estado sempre à frente em todos os ganhos civilizacionais no domínio da parentalidade e por isso é que o Partido Socialista compreende este projeto de lei, apresentado por Os Verdes.

Como disse também o Sr. Deputado Raúl de Almeida, este é, sobretudo, um problema de gestão do mercado de trabalho e, mais do que um problema de concertação social, deve ser um problema de negociação coletiva de acordos coletivos de trabalho. Sabemos que, hoje, sindicatos e empregadores têm feito muitos progressos ao consagrar alguns destes direitos e algumas destas garantias para os trabalhadores. É assim que devemos atuar, isto é, tem de ser sempre com a proteção do Estado.

Ora, aquilo que hoje deveríamos estar aqui a discutir é a atitude do Governo PSD/CDS, que tem diminuído, tem congelado e tem parado tudo aquilo que seja os apoios sociais à deficiência no domínio dos acordos de cooperação e alargamento do número de pessoas com deficiência.

Esta é a questão fundamental, porque muitas das preocupações destes pais têm que ver com os filhos em idade adulta quando estes pais têm uma idade em que já não podem trabalhar. Estes pais interrogam-se sobre quem é que tem responsabilidade e quem é que vai cuidar dos seus filhos.

Portanto, o papel fundamental deste Parlamento é não só o de exigir que o Governo faça a transposição da Diretiva 2010/18/EU, do Conselho, que aumenta e reforça os poderes dos apoios às famílias com crianças com deficiência, mas também o de exigir ao Governo que, no domínio da concertação social, possa pôr o apoio às famílias com filhos com deficiência como prioridade principal no domínio da concertação social e da negociação coletiva.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Aiveca.

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Bloco de Esquerda, sobre esta proposta do Partido Ecologista «Os Verdes», tem toda a disponibilidade e congratula-se com a apresentação desta proposta, porque ela vem no sentido de uma sociedade cada vez mais inclusiva, vem no sentido do caminho que, creio, todos queremos fazer numa sociedade em que sejamos todos diferentes, mas também todos iguais.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Esse caminho tem de se ir fazendo dando sinais nas leis que aqui construímos dando corpo aos anseios daquilo que é a realidade da nossa sociedade, o seu percurso, a sua evolução, a sua modernização, a sua alteração de conceitos. Sociedade inclusiva é o que se pretende!

Portanto, esta é uma proposta da máxima justiça pelos motivos que os proponentes aqui focaram, com a intervenção da Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, e também pelos motivos que o Sr. Deputado Raúl de Almeida aqui nos trouxe.

Porém, penso que não estamos inibidos de qualquer legitimidade para não colocar na lei, não inscrever no Código do Trabalho, este sinal de inclusão, que queremos aqui dar, de um percurso de modernidade, que também nesta área tem de ser feito. Creio mesmo que a contratação coletiva não é incompatível com aquilo que a lei maior, se assim se quiser dizer, determina. A contratação coletiva tem sempre o seu espaço próprio e já hoje, nesse domínio, outros percursos, até mais benéficos em muitos casos, e ainda bem.

Agora, o sinal que temos de dar à sociedade é exatamente o de inscrever naquela que é a lei que determina a legislação do trabalho este mesmo caminho.

Por isso mesmo, entendemos que nos assiste aqui a todos nós, Deputados e Deputadas, mas cidadãos e cidadãs, este sinal para todos os nossos concidadãos, pais e mães, que, com todo o amor, com todo o carinho, com todo o sacrifício, têm crianças com deficiência e que esse percurso que eles fazem com toda a dedicação também tenha de todos nós o sinal da modernidade, o sinal do avanço, o sinal da inclusão.

Todos diferentes, todos iguais, Sr.^{as} e Srs. Deputados!

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Conceição Pereira.

A Sr.^a **Maria Conceição Pereira** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados: «Sempre acreditei que abençoados são os pais que têm filhos especiais. Acho que somos escolhidos a dedo. Sim, porque com eles temos muito a aprender, a ensinar e, mesmo sendo um grande desafio, é um momento único para nos tornarmos seres humanos melhores.» Esta é a declaração da mãe de uma criança portadora de deficiência que sente o desafio diário e a necessidade de apoio — certamente mais exigente — que o seu filho necessita, mas também a riqueza humana que recebe diariamente.

Queria saudar o Grupo Parlamentar Os Verdes, na pessoa da Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, por ter trazido esta problemática, mais uma vez, ao Plenário. E vamos tratá-la e discuti-la com seriedade e acima de tudo com a serenidade que ela impõe, porque os destinatários assim o exigem.

O Grupo Parlamentar do PSD entende e tem dado provas sérias neste Parlamento de que é sensível e conhece no terreno situações reais e o esforço que muitos pais desenvolvem diariamente para acompanharem e aprenderem a viver com o problema do seu filho.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Maria Conceição Pereira** (PSD): — Mas também queremos reafirmar, tal como já aqui foi dito, que a lei em vigor do Código do Trabalho e aquela a que se refere o artigo 54.º, que alterou a anterior Lei n.º 99/2003, foi, sem dúvida, um passo em frente na proteção conferida aos pais no primeiro ano de vida do seu filho.

Reconhecemos que poderia ter ido mais longe, provavelmente ao fim de uns anos merece avaliação, mas lembremos que a proteção dada aos progenitores de filhos menores portadores de deficiência, tal como aqui já foi dito, não se esgota apenas no artigo 54.º a que o projeto de lei se refere.

No atual Código do Trabalho e no regime da parentalidade, dos artigos 33.º ao 65.º, especialmente no artigo 54.º, os pais com filhos nesta situação, e independentemente da sua idade, têm recurso a outros direitos no âmbito das faltas e licenças.

Os progenitores têm também, não devemos esquecer, através do Decreto-Lei n.º 91/2009, medidas de proteção na parentalidade. E devemos também, mais uma vez, dizer aqui que esta é uma alteração ao Código do Trabalho e deve ser feita na concertação social.

Devemos ser sérios e não devemos ser ligeiros, porque isto implica trabalhadores e empregadores.

Protestos da Deputada do PCP Rita Rato.

Gostava que me ouvissem com respeito, pois nós também vos ouvimos em silêncio e a democracia também é ouvir os outros.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Sr.^a Deputada, os apartes são parlamentares!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Essa, do silêncio, não é para esta bancada!

A Sr.^a **Maria Conceição Pereira** (PSD): — Assim, o PSD, que sempre defendeu a concertação social, considera este assunto. Mas porque achamos que as famílias merecem o melhor, nós, juntamente com o CDS, iremos dar entrada de um projeto de resolução para que se avalie se a medida deve ou não ser alterada.

Quero dizer, porque há coisas que devem ser lembradas, que, ainda ontem, vi um despacho do Gabinete do Sr. Secretário de Estado a criar uma comissão para a deficiência, onde este assunto também deverá ser analisado, e que inclui algumas das associações que a Sr.^a Deputada aqui referiu.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mais uma comissão! Que «sorte»!

A Sr.^a **Maria Conceição Pereira** (PSD): — Por isso, embora não possamos acompanhar o projeto de lei de Os Verdes,...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não?!

A Sr.^a **Maria Conceição Pereira** (PSD): — ... estamos disponíveis para que o mesmo seja analisado e discutido no palco e no local onde ele deve ser visto.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Para que seja visto por outras pessoas. Aqui é que não!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Raúl de Almeida.

O Sr. **Raúl de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados: Gostava de deixar bem claro, depois destas intervenções, que o CDS não vê este Parlamento, não vê esta Câmara como diminuída ou inibida para apresentar esta legislação. Sejam claros.

O CDS reconheceu, e eu reconheci na intervenção que fiz, o mérito do Partido Ecologista «Os Verdes» e da Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, em particular, em trazer este tema para discussão.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas...!

O Sr. **Raúl de Almeida** (CDS-PP): — O que o CDS entende é que, quanto mais alargado for o consenso, quanto mais alargada for a opção política pela concertação social e geradora do envolvimento de todos — que, acreditamos, vai acontecer —, mais legitimidade, mais facilidade terão estes pais em ver reconhecidos os seus direitos. É tão-só e claramente isto.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção final, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Os Verdes, quando apresentam projetos de lei à Assembleia da República não estão à espera que as Sr.^{as} Deputadas e os Srs. Deputados lhes venham reconhecer mérito, deixando-nos isso profundamente satisfeitos, para, depois, votarem contra, porque isso não é reconhecimento de mérito absolutamente nenhum.

Os Verdes estão aqui, com grande seriedade, a querer resolver um problema, que julgo que todos reconhecem existir e, por isso, era importante que todos déssemos a mão, já que é muito fácil resolvê-lo. É tão simples como isto!

Até estava curiosa para perceber qual era a habilidade que a maioria e, neste caso, também o PS trariam à Assembleia da República para recusar aquilo que é irrecusável. E, então, qual foi a habilidade? «Vamos remeter isto para a concertação social, porque respeitamos muito a concertação social». Não, não respeitam! Os senhores não respeitam a concertação social, porque se os senhores, do PS, do PSD e do CDS, respeitassem a concertação social, o salário mínimo nacional, em 2011, era de 500 €. Houve acordo não houve, Sr.^{as} e Srs. Deputados?! Concertação social... Tudo desrespeitado!

E os senhores, agora, dizem «vamos remeter para a concertação social» porquê? Porque os senhores sentem medo de resolver esta matéria. Não sei nem me perguntem, Srs. Deputados, de quem é que têm medo. É das empresas? É do Governo? Não sei, mas quero dizer-vos uma coisa, Sr.^{as} e Srs. Deputados: cada dia que passa, cada dia que esta matéria é adiada, há pais e crianças a sofrer, que estão inibidos de gozar uma assistência a filhos de que deveriam gozar, porque ela não deveria ficar estancode a partir de 1 ano de idade. E os senhores dizem assim: «Mas a assistência a filhos deficientes não se resume ao artigo 54.^o». Sim, mas cada artigo tem um regime diferente e este regime não implica perda de remuneração, Sr.^a Deputada Maria Conceição Pereira, e aquilo que a Sr.^a Deputada citou ou é para doença concreta ou implica perda de remuneração.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sabe muito bem!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Portanto, não vamos criar mecanismos e ginástica com as palavras, para que as pessoas, lá fora, pensem que existe uma coisa que não existe.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Exatamente!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Isto era da mais elementar justiça, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Estão fartos de saber!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Querem remeter para a concertação social? Bom, os senhores, infelizmente, são a maioria e, por isso, a questão não se vai resolver na Assembleia da República, mas, agora, quero ver a vossa eficácia para a resolução da matéria na concertação social.

Podíamos aprovar isto, na generalidade, hoje, ou amanhã, que é dia de votações, e depois ouvíamos todos os parceiros sociais.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Exatamente!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Tenho a certeza absoluta de que nem um, repito, nem um diria que não!

Bom, remetam para a concertação social, mas resolvam. Se este projeto de lei, de Os Verdes, mesmo chumbado pela maioria e pelo PS, for um pontapé de saída para resolver a questão, Srs. Deputados, na situação em que estamos, com esta maioria, já me dou por satisfeita.

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Srs. Deputados, fica assim concluída a discussão, na generalidade, do projeto de lei n.º 321/XII (2.^a).

Prosseguimos com a apreciação conjunta dos projetos de resolução n.ºs 569/XII (2.^a) — Anulação do aumento das tarifas dos transportes públicos acima dos limites fixados pelo Governo (BE) e 598/XII (2.^a) — Pela revogação dos aumentos nos preços dos transportes e a reposição das tarifas reduzidas para estudantes e reformados (PCP).

Para apresentar o projeto de resolução do Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Desde que este Governo tomou posse tem seguido um caminho continuado de aumento do preço dos transportes públicos.

Terminaram com os passes com descontos para estudantes e para idosos. Para muitas famílias, foram aumentos de 100% no que pagavam de transporte público das suas crianças ou dos seus dependentes, e, na prática, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o aumento dos transportes públicos é um corte nos salários. Para as famílias que utilizam transportes públicos para levar os seus filhos à escola, para chegar ao seu local de trabalho, o aumento sustentado no preço dos transportes é um ataque ao seu salário.

Este é o momento de perguntar, em particular ao CDS, que tanto barulho fez durante a campanha eleitoral com o famoso «visto familiar», onde é que esteve, durante todo este tempo, quando foram feitos estes aumentos, porque do CDS nada se ouviu.

Mas, mais do que tudo, esta é uma forma de ataque à própria utilização por parte dos cidadãos do transporte público como meio de mobilidade, de circulação dentro das grandes áreas metropolitanas, e isto não tem resolvido problema absolutamente nenhum nas empresas públicas de transportes públicos. Não resolveu o problema da dívida e, mais, criou mesmo uma redução dos passageiros que recorriam aos transportes públicos para a sua mobilidade dentro das cidades.

Em dezembro do ano passado, o Governo pareceu querer colocar um travão aparente nos aumentos de 100% que tivemos durante o ano de 2012, no que toca ao acesso à Carris ou ao Metro, quando acabaram com os passes de estudantes e idosos.

Foi publicado, em *Diário da República*, um despacho que estabelecia o seguinte: «É fixada em 0,9% a percentagem máxima de aumento médio nos preços atualmente praticados para os títulos relativos aos transportes coletivos rodoviários interurbanos de passageiros até 50 km, para os títulos de transporte nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (...) e para os transportes fluviais». Pura ficção! O que está em *Diário da República* não vale absolutamente nada!

Na Carris, o que é que aconteceu? Bom, no preço da viagem do título Zapping houve um aumento de 8,7%, muito diferente de 0,9%; no Metropolitano de Lisboa, houve um aumento de 12% no bilhete de viagem e de 20% no bilhete diário, que passou de 5 € para 6 €; também em Lisboa, na Transtejo/Soflusa, o bilhete simples, entre Cacilhas e Cais do Sodré, subiu 4,3% — muito acima dos 0,9% — e, para o mesmo percurso, no Zapping, subiu 7,3%.

No Porto, os títulos de viagem registam aumentos de 2,4%, 4,6%, 6,4%.

Outra estratégia que foi utilizada foi a de, pura e simplesmente, extinguir as opções que eram menos onerosas para os utilizadores de transportes públicos.

Portanto, tudo aquilo que foi dito pelo Governo e publicado em *Diário da República* não vale nada!

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vou terminar com uma situação que nos foi narrada por uma instituição particular de solidariedade social, quando o Bloco de Esquerda visitou o Vale da Amoreira, em Setúbal.

Uma trabalhadora, empregada, com um contrato de trabalho num hotel, em Cascais, que recebia o salário mínimo — tinha um emprego, não estava, sequer, desempregada — e tinha um filho a seu cargo, para chegar ao seu posto de trabalho gastava, em média, 80 € a 90 € por mês. Portanto, em termos líquidos, um quarto do seu rendimento era para transportes públicos, para chegar ao local onde tem trabalho. E dizia-nos a instituição: «esta mulher está empregada, tem um filho a seu cargo, tem contas de água e luz e, porque não consegue encontrar uma habitação em Cascais ao preço do bairro social, em Setúbal, não chega ao final do mês sem nos pedir auxílio». Todos os meses, uma trabalhadora vai a uma IPSS pedir auxílio e bens alimentares para sustentar o seu filho, porque um quarto do seu rendimento real é gasto em transportes públicos.

Esta é a situação do País: aumenta tudo e, afinal, até quem tem emprego, até quem tem trabalho, gasta em transportes públicos o que não era pensável há algum tempo atrás. E está tudo ligado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: a estratégia do Governo, de aumento das tarifas, não resolve o problema do endividamento, reduz o número de passageiros e torna impraticável a vida das pessoas.

É sobre isso que temos de discutir e sobre promessas ficcionais do Governo, de aumentos que ninguém vê, porque, verdadeiramente, são todos, todos, acima da percentagem que foi fixada pelo Governo.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O que as populações sentem, no dia-a-dia, e ainda mais no dia de comprar o passe, é o que nós aqui dizemos: os aumentos dos transportes são um roubo e os preços não podem aumentar nem 10%, nem 1%, nem 0,5%, porque já aumentaram demais!

O que se passa na vida real é que há milhares e milhares de pessoas que estão a pagar pelo seu passe mais do dobro do que pagavam há dois anos, quer por via dos aumentos diretos de tarifário, quer pelas mudanças de bilhetes e passes, com destaque para o fim dos passes 4_18, Sub23 e para reformados, pensionistas e idosos.

Para quem usava o passe urbano no Metropolitano de Lisboa, o aumento foi de 87% e, no caso de serem estudantes ou reformados, o aumento chega aos 274%! Depois deste roubo aos utentes dos transportes, o que é exigível não é aumentar mais 1% ou 0,9%, é inverter esta política, é revogar esses aumentos e acabar, de uma vez, com esse escândalo, é devolver aos estudantes os passes 4_18 e sub23, é devolver aos reformados o passe que tinham antes.

Por isso, não podemos acompanhar a recomendação do Bloco de Esquerda de que sejam eliminados os aumentos tarifários abusivos, como se, neste contexto, pudessem existir aumentos não abusivos. Abusivos são os preços que estão a ser praticados e o que é preciso fazer é baixar esses preços.

Quando os trabalhadores, os reformados, os jovens enfrentam dificuldades cada vez mais graves nas suas vidas, quando aumentam, de forma insuportável, os impostos e os preços dos bens essenciais e, entretanto, são cortados apoios sociais de toda a ordem e retirados os subsídios de férias e de Natal, o Governo e os Deputados da maioria vêm dizer que é mesmo assim que tem de ser, que é com estes aumentos que se defende o serviço público e se garante o transporte.

Se há alguém a ganhar com isto, são os operadores privados, que continuam a agir na impunidade,...

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — ... protegidos pelo Governo, deixando as populações ao abandono e chegando até ao ponto de anunciar, de forma inaceitável, como fez agora a Vimeca, que, simplesmente, decidem sair do sistema do passe social. E ganham ainda mais os grupos económicos do setor financeiro, que ganham milhares de milhões, em juros, com a gestão ruinosa das empresas públicas.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Bem lembrado!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Se o Metropolitano de Lisboa funcionasse gratuitamente, teria deixado de receber 51 milhões de euros, que é o total das receitas operacionais registadas, mas o que perdeu, no mesmo período, em derivados financeiros, os CDS (*Credit Default Swap*), foi um total de 238 milhões de euros. Ou seja, o Metropolitano de Lisboa poderia ter funcionado gratuitamente durante mais de 4 anos e perderia menos dinheiro do que aquele que foi perdido nas operações especulativas só em 9 meses.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Uma vergonha!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — As populações têm menos transportes e pagam muito mais. Esta política não resolve problema nenhum, aliás, está a agravar os problemas, a fazer da vida das pessoas um inferno. É preciso acabar com isto de uma vez por todas e é nesse sentido que pretende contribuir o nosso projeto de resolução.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Tem, agora, a palavra, também para uma intervenção, o Sr. Deputado Adriano Rafael Moreira.

O Sr. **Adriano Rafael Moreira** (PSD): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Estamos hoje, aqui, perante dois projetos de resolução cujas recomendações, tanto as do Bloco de Esquerda quanto as do PC,...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O PC é o computador, nós somos o PCP!

O Sr. **Adriano Rafael Moreira** (PSD): — ... começam pelos verbos eliminar, repor, revogar. Mas, Srs. Deputados, num sistema de transportes em rutura, o que se impõe é reestruturar, desenvolver, criar.

Ao longo de décadas, como VV. Ex.^{as} sabem, o sistema de transportes evoluiu numa lógica de complexidade monomodal. Foi um acumular de problemas, cujo último diagnóstico, só aqui em Lisboa, identificou mais de 400 títulos de viagem. Era quase necessário tirar um curso de formação profissional para ser utente de transportes coletivos em Lisboa e, portanto, impunha-se reestruturar.

Mas, ao longo de décadas, houve também toda uma lógica de evolução monomodal, que eternizou a subsidiação, porque a concorrência se fez numa lógica de sobreposição e na base do preço mais barato entre entidades que se financiavam permanentemente à custa do contribuinte. Impunha-se a mudança!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Isso está muito mal contado!

O Sr. **Adriano Rafael Moreira** (PSD): — Há ainda um caminho longo a percorrer, mas, Srs. Deputados, os passos que o Governo tem dado são passos seguros e no bom caminho, no caminho certo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — No caminho certo para quem?!

O Sr. **Adriano Rafael Moreira** (PSD): — Desde logo, na matéria que estamos a analisar, começamos pelo preço. Quanto ao preço, uma das primeiras medidas que o Governo tomou, como VV. Ex.^{as} sabem, foi uma medida histórica: foi aprovado, pela primeira vez, o passe social. Trata-se de um passe que abrange todos os economicamente mais carentes da sociedade e não há um único jovem que beneficie de ação social escolar que não beneficie também desse passe social.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Não é verdade!

O Sr. **Adriano Rafael Moreira** (PSD): — Foi a primeira vez que houve a coragem de tornar um título social dependente do rendimento, que é o caso do passe social.

Para 2013, Srs. Deputados, foi fixado um aumento médio de 0,9%,...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Médio!...

O Sr. **Adriano Rafael Moreira** (PSD): — ... e foi cumprido. Foram aqui referidos alguns exemplos acima da média, mas faltou referir aqueles que, abaixo da média, fizeram com que se cumprisse o despacho dos 0,9%, que, como é óbvio, foi cumprido. E note-se que é uma medida da máxima importância, porque corresponde a um aumento em linha com a inflação. Isto, Srs. Deputados, também é importante que o assinalem e não tentem o populismo com alguns exemplos de procura reduzida em que o aumento ficou acima da média!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Adriano Rafael Moreira** (PSD): — Uma segunda área é a adequação da oferta — e aqui o verbo é reestruturar. Como VV. Ex.^{as} sabem, o Governo começou por reestruturar o sector, sendo as duas fusões dos transportes urbanos em Lisboa e no Porto um exemplo de redução de custos, de otimização de oferta e de anulação de redundâncias. Portanto, é mais um passo no bom caminho.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Redundâncias? Acabar o barco às 2 horas e 30 minutos é uma redundância?!

O Sr. **Adriano Rafael Moreira** (PSD): — Por último, Srs. Deputados, a intermodalidade.

O Governo apostou em desenvolver o título intermodal que já existia no Porto, o Andante, e por criar, em Lisboa, o Navegante. E é assim, Srs. Deputados, que se segue o caminho certo no sentido da sustentabilidade do sector, o qual o Governo encontrou em rotura financeira.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Paulo Veigas.

O Sr. **João Paulo Viegas** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Para os autores dos projetos de lei em debate é irrelevante, mas convém lembrar que, em abril de 2011, Portugal teve que pedir ajuda externa,...

Vozes do CDS-PP: — Bem lembrado!

O Sr. **João Paulo Viegas** (CDS-PP): — ... perante a iminência de uma rutura de pagamentos de salários e de pensões. A ajuda externa disponibilizada pela troica contemplou um empréstimo a Portugal no valor de 78 000 milhões de euros e também um programa de ajustamento económico e financeiro com medidas e metas bem específicas, nomeadamente no sector dos transportes.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — O empréstimo foi para a banca, não foi para os salários!

O Sr. **João Paulo Viegas** (CDS-PP): — Com efeito, o programa negociado pelo Partido Socialista previa a apresentação de um plano estratégico de transportes com objetivos muito concretos, tais como: racionalizar as redes e melhorar as condições de mobilidade e de logística em Portugal, de forma eficiente e adequada às necessidades, promovendo a coesão social; melhorar a eficiência energética e reduzir o impacte ambiental; reduzir os custos dos transportes e garantir a sustentabilidade financeira das empresas, tornando o sector financeiramente equilibrado e comportável para os contribuintes portugueses.

O Plano Estratégico dos Transportes colocou em evidência a grave situação a que chegou o sector dos transportes.

Olhando para o endividamento das empresas públicas de transportes, é possível perceber a dimensão do problema. Damos como exemplo o endividamento, em 2011, de três dessas empresas: Metropolitano de Lisboa — 4000 milhões de euros; CP — 3500 milhões de euros; Metro do Porto — 2600 milhões de euros.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E agora como é que está?!

O Sr. **João Paulo Viegas** (CDS-PP): — Foi, portanto, assumido pelo Governo o objetivo de atingir o equilíbrio operacional das empresas públicas de transportes atuando em duas vertentes globais: racionalização de custos e promoção da eficiência; ajuste tarifário para níveis equiparáveis à média dos parceiros europeus, ajustada à paridade de poder de compra português, corrigindo as sucessivas desatualizações verificadas em anos anteriores.

Simultaneamente, foi criado pela primeira vez um verdadeiro passe social, o passe Social+, por forma a introduzir medidas de coesão social e assegurar o acesso à mobilidade e acessibilidade aos segmentos da população de menores recursos.

O conjunto de medidas implementadas, desde a aprovação do Plano Estratégico dos Transportes (PET), resultou em reduções significativas da despesa com a prestação dos serviços de transportes, possibilitando o cumprimento do objetivo de equilíbrio operacional nestas empresas públicas.

Para além disso, essas medidas permitiram estabilizar a atualização tarifária ao nível da inflação esperada e, também, criar margem para mitigar alguns dos efeitos sobre os seguintes segmentos: reformados, sénior, pensionistas e crianças.

Nesse sentido, importa referir que, após uma subida média das tarifas e passes sociais na ordem dos 5%, em fevereiro de 2012, os aumentos médios dos preços para 2013 foram limitados à taxa de inflação. Isto significa que a subida média dos preços, em 2013, será de 0,9%.

No caso concreto de Lisboa, desde 1 de fevereiro de 2012 que os passes próprios do Metro ou o combinado Carris/Metro deram lugar ao Navegante, uma nova modalidade de passe que possibilita uma mobilidade plena em toda a cidade de Lisboa, na medida em que integra três dos principais operadores de transporte público de Lisboa, o Metro, a Carris e a CP, à imagem do que já existia com o Andante na Área Metropolitana do Porto.

Também o passe Navegante possibilita descontos aos portadores dos passes 4_18, sub23 e Social+, isto é reformados e pensionistas, sénior e criança. Estes descontos estão em linha com aquilo que as empresas podem disponibilizar.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — «Quem dá o que pode a mais não é obrigado»! Só nos resta agradecer...

O Sr. **João Paulo Viegas** (CDS-PP): — Em termos globais, as pretensões do Bloco de Esquerda e do PCP evidenciam falta de preocupação com a sustentabilidade financeira das empresas públicas de transportes,...

Vozes do CDS-PP: — Ora bem!

O Sr. **João Paulo Viegas** (CDS-PP): — ... não reconhecendo mérito ao Governo nos resultados já obtidos, não reconhecendo a importância da criação do passe Social+ e não dando o devido valor ao aumento que se verificou ao nível de oferta de intermodalidade.

Podemos e devemos fazer uma análise aos diversos títulos de transporte e perceber se as alterações introduzidas foram ou não benéficas e se servem melhor os utilizadores. Estamos disponíveis para apresentar propostas que contribuam para melhorar e potenciar a utilização dos transportes públicos, mas com dados corretos e fazendo um balanço das alterações introduzidas.

Aplausos do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para intervir, tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr.^a Presidente, Caras e Caros Colegas: Começo por cumprimentar o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português por terem trazido este tema a debate. Trata-se de uma matéria que preocupa as pessoas, que tem sido alvo de muito debate político e de propostas por parte de muitas forças políticas, e também, nalgumas matérias aqui focadas, por parte do Partido Socialista.

Quando estava a ouvir, com toda a amizade, os meus colegas Deputados Adriano Rafael Moreira e João Paulo Viegas, pensei que certamente não andam de transportes coletivos, nem públicos nem privados, porque estão a traçar uma realidade que, pelo menos nos grandes centros urbanos de Lisboa e do Porto, não é aquela que as pessoas sentem.

Protestos do PSD.

A verdade é que este Governo está viciado em «ir ao bolso dos portugueses».

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — E o sector dos transportes é um bom exemplo disso, porque racionalizar, Sr. Deputado João Paulo Viegas, não é cortar a eito, privando as pessoas de transportes; não é aumentar escandalosamente o tarifário dos transportes, e é a isso que temos assistido; não é suprimir passes mensais, alguns títulos de transportes, horários e carreiras, e é a isso que temos assistido nas grandes Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto; e também não é diminuir os apoios aos estudantes, aos idosos, aos pensionistas e aos reformados.

E este vício do Governo em «ir ao bolso dos portugueses» está articulado com tudo o resto, porque houve três aumentos escandalosos de impostos; supressão de apoios; um enorme aumento de impostos; cortes de salários; cortes de subsídio de férias; cortes de subsídio de Natal; aumento do IVA na restauração; aumento do IVA no gás; aumento do IVA na eletricidade; aumento e criação de inúmeras taxas! Tudo isto resulta numa espiral recessiva, com falências, insolvências e desemprego como nunca sucedeu.

O que vemos no que foi abordado pelo Srs. Deputados Adriano Rafael Moreira e João Paulo Viegas é uma realidade que não existe, porque as fusões com vista à racionalização estão paradas e o que está a ser preparado são mais concessões, são mais privatizações, são as parcerias público-privadas de terceira geração, com negócios particulares, com muita falta de transparência, com negócios de ajuste direto em que já se diz que se pode concessionar em conjunto ou em separado, por linhas ou por carreiras — é o que for melhor!

Mas a realidade, Sr.^a Presidente, Caras e Caros Colegas, é que temos menos transportes e transportes mais caros.

Por isso, em conclusão, concordamos que se desenvolvam diligências para que os aumentos escandalosos e abusivos do tarifário possam ser eliminados; concordamos que seja concretizada e estudada a reposição de títulos de transporte e de passes mais benéficos para os utilizadores; concordamos — e já fizemos propostas nesse sentido — que os apoios a estudantes, a reformados, a pensionistas e a idosos sejam também repostos.

Já não acompanhamos as propostas de congelamento e de toda e qualquer revogação global do que tenha sido exercido.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para intervir, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Tentarei ser breve, respondendo muito rapidamente ao Sr. Deputado Adriano Rafael Moreira.

O Sr. Deputado pode falar da intermodalidade que entender, mas a verdade é que não foram o PSD nem o CDS que fizeram inicialmente esse trabalho.

No que respeita a essa justificação fraca, coxa, lamentável que aqui fez do aumento médio, Sr. Deputado, como se costuma dizer, é só fazer as contas: se a maior parte dos títulos de transportes das áreas metropolitanas tem aumentos de 4%, de 5%, de 12% e de 20%, era preciso haver cortes absolutamente monumentais num outro conjunto de passes com utilização muitíssimo restrita para ter um aumento médio de 0,9%! Portanto, escusa de tentar mascarar a realidade! O Governo pura e simplesmente enganou os portugueses: 0,9% é uma indicação ilusória, não existe!

Mas acima de tudo a justificação que os senhores aqui apresentaram sobre a situação de dívida das empresas públicas de transportes não é, como mostram os dados recentemente divulgados, resolvida por nenhum aumento tarifário. Tem o efeito exatamente contrário: corta no número de passageiros e, portanto, agrava os custos da empresa. Que os senhores não consigam compreender isto é que me parece particularmente grave.

Sobretudo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o que os senhores fizeram foi que hoje, para uma família que tenha dois filhos, seja mais barato andar de carro do que, eventualmente, andar de transportes públicos.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Para quem tem carro!

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Ora, isso é trágico para as nossas cidades e é trágico para o entendimento que os senhores devem ter acerca do nosso défice comercial no que respeita à importação de combustíveis.

Mas, mais do que isso, Sr.^{as} e Srs. Deputados: uma criança de cinco anos, na Sociedade de Transportes Coletivos do Porto (STCP), gastava no passe, para andar nos autocarros, 14,35 €, em 2011. Hoje, em 2013, uma criança de cinco anos paga 46,8 €. O passe aumentou mais de 200% para o transporte de crianças. Isto é um ataque às famílias! É um assalto às famílias que os senhores estão a fazer! Estão a destruir o rendimento disponível das famílias e a rede de transportes públicos existente em Portugal.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Srs. Deputados, a Mesa acabou de receber um pedido de inscrição do PCP.

Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quem diz o que os Srs. Deputados do PSD e do CDS aqui disseram sobre as empresas de transportes, sobre os tarifários, sobre o serviço prestado, de duas, uma, ou não faz a menor ideia do que está a dizer, o que é grave, ou, então, está deliberadamente a faltar à verdade, numa lamentável desonestidade política e num insulto às pessoas que hoje pagam o dobro que pagavam pelo passe.

Os senhores estão convencidos que as pessoas preferiram passar a pagar o dobro pelo passe social?

Os senhores falam em articulação de transportes. Mas em que regra estava escrito que isso tinha que ser à custa de aumentos brutais do tarifário? Onde é que estava escrito que a fasquia do preço tinha que ser sempre nivelada por cima?

Há anos que defendemos que o passe social deveria ter as coroas territoriais alargadas, abrangendo todos os meios de transporte, mas não à custa deste aumento brutal que os senhores impuseram nos últimos anos. Já chega de aumentos! Está na hora de reverter essa política, de alterá-la, de baixar os preços, de acabar com este roubo!

O senhor fala em passes sociais? Em Passe Social+ para os estudantes? Os senhores apregoaram um desconto de 60% para os estudantes. Sabe quem é que tem acesso a esse passe, Sr. Deputado Adriano Rafael Moreira? Eu digo-lhe: é um casal com dois filhos dependentes, o qual, para ser incluído neste escalão, tem de ter um salário mensal inferior a 315 € por cada membro do casal. É disto que estamos a falar, Srs. Deputados.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Uma vergonha!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É este o escalão da ação social escolar que o senhor aqui veio apregoar como estando ao dispor dos jovens e dos estudantes. Devolvam os passes 4_18 e sub23 aos estudantes deste país, Srs. Deputados!

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Vêm aqui falar das redundâncias dos transportes para justificar o injustificável, isto é, o recolher obrigatório que estão a impor às populações com o corte de transportes públicos à noite, e estão a preparar mais cortes no Metropolitano de Lisboa!

Pergunto-lhe: às 2 horas e 30 minutos havia um barco no Cais do Sodré. Quantos barcos havia? Havia um! Agora, não há nenhum! Não há redundância nenhuma, Sr. Deputado!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Sr. Deputado, queira concluir, por favor.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Por isso, Sr.^a Presidente, termino dizendo que é por estas e por outras que os trabalhadores, os reformados e os jovens vão sair à rua, vão continuar em ações de luta e no dia 16 de fevereiro, de Norte a Sul do País, vão lutar contra esta política, e hão de derrotá-la, bem como hão de derrotar este Governo! Essa luta vai continuar e vai triunfar.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Srs. Deputados, fica assim concluído este ponto da nossa ordem de trabalhos.

Não há expediente para anunciar e, assim, vou dar conta da ordem do dia da próxima reunião plenária, que se realizará amanhã, pelas 10 horas: do primeiro ponto consta a apreciação conjunta dos projetos de resolução n.ºs 505/XII (2.ª) — Recomenda ao Governo a abertura e funcionamento das unidades de cuidados continuados já concluídas ou em fase de conclusão, a partir do início de 2013 (PS), 600/XII (2.ª) — Recomenda ao Governo que, durante o ano de 2013, proceda à abertura das unidades de cuidados continuados julgadas tecnicamente necessárias, enquadradas, espacial e temporalmente, em planos de desenvolvimento regional da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, tendo em conta as prioridades clínicas, a garantia da qualidade nos serviços prestados e as disponibilidades financeiras (CDS-PP e PSD) e 601/XII (2.ª) — Recomenda ao Governo o alargamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados bem como o investimento público em unidades públicas desta rede (BE).

Do segundo ponto consta a apreciação conjunta do projeto de resolução n.º 442/XII (1.ª) — Recomenda ao Governo que promova as medidas necessárias no âmbito da revisão das políticas de gestão de resíduos, que permitam melhorar os indicadores e estatísticas de Portugal, no contexto da UE, no que se refere à geração, tratamento e deposição em aterros de resíduos (CDS-PP) e do projeto de lei n.º 342/XII (2.ª) — Redução de resíduos de embalagens (Os Verdes).

O terceiro ponto consiste na discussão conjunta, na generalidade, dos projetos de lei n.ºs 252/XII (1.ª) — Garante o papel fundamental do Estado na conservação da natureza e da biodiversidade e revoga as taxas cobradas pelo acesso e visita às áreas protegidas e pelos serviços e atos praticados pelo ICNB (PCP), 340/XII (2.ª) — Altera o Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, estabelecendo o princípio da não cobrança de taxas pelo acesso e visitas a áreas protegidas ou classificadas e pela disponibilização de informação ambiental (Os Verdes) e 345/XII (2.ª) — Revoga as taxas de acesso e visita às áreas protegidas e garante a conservação da natureza e da biodiversidade pública (BE).

No quarto ponto proceder-se-á à discussão, em conjunto e na generalidade, dos projetos de lei n.ºs 329/XII (2.ª) — Altera o Estatuto dos Deputados, aditando novos impedimentos (BE), 341/XII (2.ª) — Altera o Estatuto dos Deputados e o Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos (PCP) e 343/XII (2.ª) — Altera o Regime de Incompatibilidades dos Deputados, bem como o Regime de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e de Altos Cargos Públicos (BE).

O quinto ponto consiste a apreciação da petição n.º 125/XII (1.ª) — Apresentada por Teresa de Jesus da Conceição Fernandes e outros, solicitando à Assembleia da República a adoção de medidas contra o encerramento do Tribunal de Ansião.

Do sexto ponto consta a apreciação do projeto de resolução n.º 605/XII (2.ª) — Prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito à Contratualização, Renegociação e Gestão de todas as Parcerias Público-Privadas do Sector Rodoviário e Ferroviário (Presidente da AR).

Por último, terão lugar as votações regimentais, pelas 12 horas.

Está encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 44 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.